

BANCO ACTIVOBANK, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

2015


1 CA

Índice

Composição dos Órgãos Sociais	3
Síntese de Indicadores	4
Relatório do Conselho de Administração	5
1. Enquadramento Económico e Financeiro	5
2. Análise de Atividade	8
3. Análise Financeira	13
4. Prestação de Serviços Intragrupo	14
5. <i>Compliance</i> com as recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência de informação e à valorização de ativos	15
6. Evolução previsível do Banco em 2016	18
7. Informação sobre a política de remuneração e rendimentos auferidos pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização	19
8. Informação sobre a política de remuneração e rendimentos auferidos pelos Colaboradores	20
9. Estrutura e práticas de governo societário (síntese)	21
10. Proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral	22
11. Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros	22
12. Referências finais	23
13. Anexo	24

Demonstrações financeiras individuais a 31 de dezembro de 2015

Todas as menções deste documento a normas legais ou regulamentares referem-se à respetiva versão vigente na presente data.

Composição dos Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Banco Comercial Português, S.A.	Presidente
Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral	1º Secretário
Maria Manuela Nunes Rodrigues dos Anjos	2º Secretário

Conselho de Administração

Rui Manuel da Silva Teixeira	Presidente
Nelson Ricardo Bessa Machado	Chief Executive Officer
Carlos Alberto Alves	Vogal

Conselho Fiscal

Joaquim Patrício da Silva	Presidente
Leopoldo de Assunção Alves	Vogal
João José Carvalho Pereira	Vogal
João Manuel Casa Nova Barão	Vogal Suplente

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados, SROC, S.A.	Efetivo
João Albino Cordeiro Augusto	Suplente

Comissão de Remunerações

Rui Manuel da Silva Teixeira

Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral	Secretária da Sociedade
António Augusto Amaral de Medeiros	Secretário da Sociedade Suplente

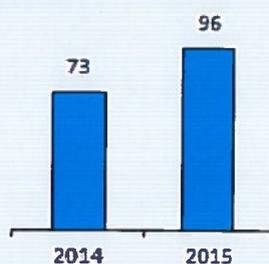
Síntese de Indicadores

Valores em milhões de euros

	2015	2014	Var.15/14
Recursos à Ordem	181,3	133,1	+ 36,2%
Recursos a Prazo	481,4	384,9	+ 25,1%
Fundos de Investimento	119,5	116,1	+ 2,9%
Títulos Depositados	117,6	124,2	- 5,3%
Património Financeiro	934,0	798,2	+ 17,0%
Produto Bancário	58,3	19,5	+ 199,6%
Custos Operacionais	13,1	13,1	+ 0,1%
Resultado Líquido	33,3	5,0	+ 560,2%

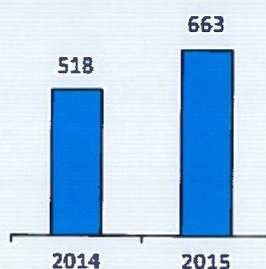
Número de Clientes

(em milhares)



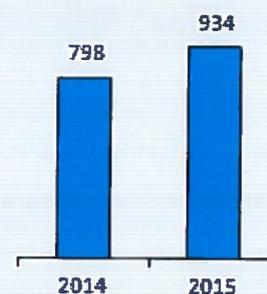
Depósitos de Clientes

(em milhões de euros)



Património Financeiro dos Clientes no Banco

(em milhões de euros)



Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco ActivoBank, S.A. ("ActivoBank" ou "Banco") vem apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2015.

Em cumprimento do Código das Sociedades Comerciais, este documento inclui, ao longo do respetivo texto e das notas às demonstrações financeiras, informação a que se refere cada uma das rúbricas obrigatórias elencadas no artº 66, nº 5 ("Relatório de Gestão").

1. Enquadramento Económico e Financeiro

Enquadramento Económico Mundial

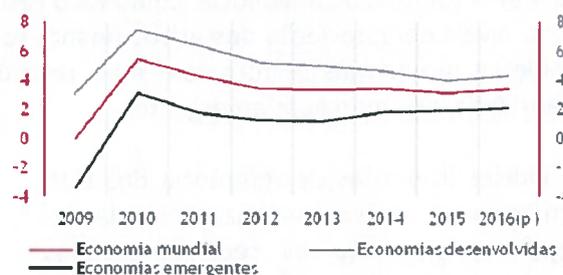
Segundo as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ritmo de expansão da atividade global em 2015 deverá ter-se reduzido para o nível mais baixo desde 2009, num contexto em que o maior dinamismo das economias desenvolvidas não foi suficiente para compensar a perda de vigor dos mercados emergentes. A queda pronunciada dos preços das matérias-primas, para além de ter intensificado a clivagem entre os dois grupos de economias, adensou as pressões deflacionistas globais, criando um quadro de maior vulnerabilidade financeira, bem como a necessidade de manutenção de condições monetárias globalmente acomodáticas.

Na área do euro, a melhoria das condições monetárias decorrente da postura mais expansionista do Banco Central Europeu (BCE), a depreciação efetiva do euro, a diminuição do custo da energia e a maior neutralidade das políticas orçamentais dos países da "periferia" conferiram um impulso ao processo de recuperação da economia. Com efeito, após um crescimento de 0,9% em 2014, a Comissão Europeia (CE) estima que, em 2015, o PIB terá

crescido 1,6% e que, em 2016, o ritmo de expansão aumente para 1,8%. Contudo, a debilidade das economias emergentes, o agravamento das tensões geopolíticas e os riscos inerentes à necessidade de dar continuidade às reformas estruturais em curso em vários Estados-membros poderão vir a condicionar a cadência da recuperação na área do euro.

Nos EUA, o aumento sustentado do emprego e do rendimento disponível real, aliado ao baixo nível das taxas de juro, impulsionou o consumo e o investimento residencial. Porém, a recessão associada ao colapso do preço do petróleo que assolou o setor energético norte-americano e a apreciação do dólar exerceram um efeito adverso sobre o investimento empresarial e as exportações, o que resultou numa taxa de crescimento do PIB semelhante à observada em 2014, que foi 2,4%. Em 2016, a evolução do consumo privado deverá ser o

CRESCIMENTO DA ECONOMIA GLOBAL MANTÉM-SE MODERADO
Taxa de variação anual do PIB real (em %)



Fonte: FMI WEO (Janeiro de 2016)

pêndulo que determinará a robustez do crescimento económico, o que por sua vez implica um bom desempenho do mercado de trabalho, em circunstâncias dificultadas pela presumível normalização da política monetária e a concomitante intensificação da tendência de apreciação do dólar face às demais principais divisas internacionais.

A economia chinesa continuou a evidenciar sinais claros de perda de vigor ao longo de 2015, sobretudo ao nível das componentes da procura que estiveram na base do seu modelo de crescimento, nomeadamente as exportações e o investimento. O principal risco para 2016 reside na possibilidade de enfraquecimento adicional do *renmimbi*, o que teria como risco associado a fuga de capitais e a consequente deterioração das condições financeiras para as famílias e empresas chinesas.

Em 2016, a economia global enfrenta riscos complexos e variados. A espiral negativa que se entrepôs entre o setor produtor das matérias-primas e o complexo das economias emergentes ameaça continuar a restringir a recuperação da procura global e a causar uma correção nos mercados financeiros internacionais. Por outro lado, o aumento previsto para as taxas de juro diretoras da Reserva Federal e o consequente agravamento do serviço do elevado nível de dívida do setor empresarial dos EUA comportam o risco de retração do investimento e, também, do consumo. Finalmente, a prevalência de vários focos de tensão geopolítica e as questões de segurança na Europa constituem obstáculos de efeitos difíceis de quantificar, mas ainda assim potencialmente adversos à consolidação da retoma da economia da área do euro.

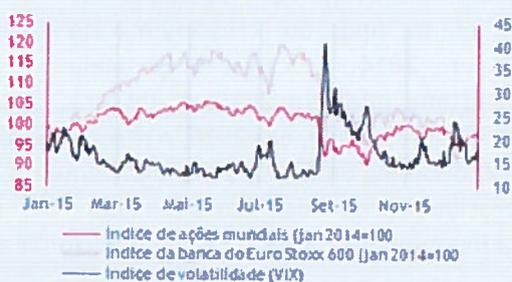
Mercados Financeiros Globais

A evolução dos mercados financeiros em 2015 foi dominada pelo aumento da volatilidade, presumivelmente resultante da incerteza relativa às implicações para a economia mundial do abrandamento dos mercados emergentes e do início do processo de reversão da política expansionista da Reserva Federal norte-americana. Nesse quadro, as geografias onde a política monetária foi mais acomodatória, como foi o caso da área do euro e do Japão, registaram, por regra, níveis de apreciação dos ativos financeiros superiores aos das economias nas quais as condições monetárias se tornaram mais restritivas, como sucedeu nos EUA e, com maior intensidade, nos mercados emergentes.

Os índices acionistas de referência dos EUA terminaram o ano com valorizações nulas ou negativas, enquanto os seus congéneres europeus e nipónicos registaram ganhos em torno de 10%. Na vertente cambial, o desenvolvimento mais saliente foi a apreciação do dólar americano, em particular face às moedas dos países mais dependentes da exportação de matérias-primas.

Em contraste com os anos precedentes, o desempenho do mercado internacional de dívida em 2015 ficou marcado por uma clara divergência entre a estabilidade dos preços dos títulos emitidos por entidades de qualidade creditícia superior, por um lado, e a desvalorização das obrigações de maior risco, por outro lado. Na área do euro, apesar do BCE ter implementado um programa de compra de dívida pública, os prémios de risco da dívida soberana dos países da “periferia” exibiram um comportamento errático, mas sem direção

ÍNDICE ACIONISTA MUNDIAL DESVALORIZOU E VOLATILIDADE AUMENTOU



Fonte: Datastream

GA
2015

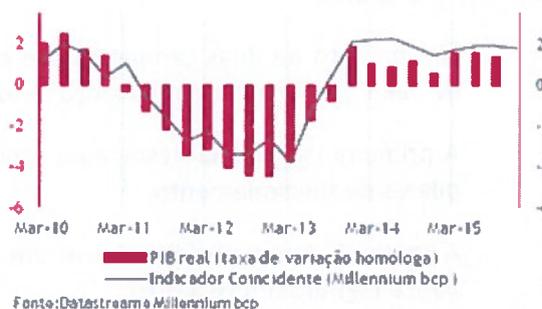
definida, após a compressão muito significativa que ocorreu entre 2013 e 2014. Ainda assim, a intensificação do teor expansionista da política monetária do BCE, incluindo a fixação da taxa de juro na facilidade de depósito em valores negativos, fez deslocar a curva das taxas Euribor para níveis inferiores a zero até ao prazo dos seis meses e contribuiu para a depreciação do euro, em especial, face ao dólar.

Perspetivas para a Economia Portuguesa

A retoma da economia portuguesa consolidou-se ao longo de 2015, beneficiando de custos de financiamento menores, da queda do preço do petróleo, da aceleração da economia europeia, dos ganhos de competitividade externa conferidos pela depreciação efetiva do euro e, de forma mais indireta, das reformas estruturais implementadas durante o programa de ajustamento. De acordo com a estimativa da Comissão Europeia, o PIB deverá ter crescido 1,5% em 2015, acima dos 0,9% registados em 2014. O maior vigor da atividade económica decorreu essencialmente do dinamismo do consumo privado e das exportações, uma vez que o investimento prosseguiu a menor ritmo do que no ano precedente.

Em 2016, a tendência de recuperação da atividade deverá manter-se suportada pela procura interna, a qual deverá beneficiar do aumento do emprego e do rendimento disponível, do baixo custo da energia, do nível reduzido das taxas de juro e, ainda, da implementação do novo quadro de financiamento europeu, nomeadamente, o programa Portugal 2020. Contudo, o risco de abrandamento da economia internacional associado à fragilidade dos mercados emergentes, bem como a possibilidade de ocorrência de uma correção significativa nos mercados financeiros constituem os principais obstáculos à sustentação da recuperação da economia nacional.

ECONOMIA PORTUGUESA PROSEGUE EM RECUPERAÇÃO



O adiamento do processo de venda do Novo Banco para 2016 e a aplicação, no final do ano, de uma medida de resolução ao Banco Banif constituíram eventos marcantes da evolução do sistema bancário português em 2015, perturbando o processo em curso de melhoria da rentabilidade, de consolidação da posição de liquidez e de solvência das instituições de crédito em Portugal, com reflexo na progressiva atenuação da tendência de redução do crédito concedido à economia.

A rentabilidade do setor financeiro em 2015, excluindo os casos atrás mencionados, tendeu a melhorar face ao ano anterior assente, por um lado, numa evolução favorável dos proveitos core (i.e. margem financeira e comissões) e em ganhos em operações financeiras associados à melhoria do prémio de risco país, sobretudo na primeira metade do ano, e, por outro lado, numa evolução menos negativa do custo do risco e numa maior contenção dos custos operacionais em Portugal.

A sustentação do processo de melhoria da rentabilidade permanece um dos principais desafios para o ano de 2016, cujo sucesso muito dependerá da estabilização dos riscos e incertezas do contexto internacional, da recuperação da economia portuguesa e da evolução relativa do custo do risco e da taxa de margem financeira. As repercussões do processo de resolução

constituem fatores de incerteza latente no negócio bancário, quer na vertente da confiança de Clientes e Investidores, quer na vertente da profunda alteração do contexto competitivo do mercado português. O aprofundamento da União Bancária, e o quadro de regulação consequente, a integração financeira sob a égide do projeto da União do Mercado de Capitais e o recurso a novos conceitos de negócio decorrentes da adoção e da adesão a novas potencialidades tecnológicas continuarão a constituir motivo para os bancos repensarem a sua estratégia e posicionamento ao negócio.

2. Análise de Atividade

A aposta do Banco em 2015 continuou centrada nos objetivos estratégicos de crescimento da base de Clientes e do aumento do seu envolvimento.

Para cumprir com os objetivos estabelecidos foram realizadas diversas ações de acordo com os seguintes vetores:

Captação de Clientes

- I. Lançamento de duas campanhas de comunicação institucional e reforço da proposta de valor, juntamente com o lançamento de novos produtos e serviços diferenciadores.

A primeira campanha destacou a rapidez dos serviços do ActivoBank e lembrou os pilares de funcionamento.

A segunda campanha baseou-se em inovação e destacou a importância de ter um banco digital sempre à mão.

- II. Desenvolvimento da pré-abertura de conta *online*
- III. Presença em todas as edições da Color Run
- IV. Dezasseis ações de ativação "O Banco que é a sua cara"
- V. Renovação das parcerias existentes para o futebol e estabelecimento de três novas parcerias com a Associação Académica de Coimbra, o Clube Futebol Os Belenenses e o Sporting Clube de Braga

Fidelização de Clientes

- VI. Continuo aperfeiçoamento do um modelo de reforço de vinculação e segmentação, direcionado para a identificação e satisfação das necessidades financeiras dos Clientes. O New Best Offer está agora disponível para todos os Clientes e em todos os canais, sendo de realçar que engloba a quase totalidade de produtos e serviços
- VII. Foi dado mais enfoque ao crédito a particulares nas duas vertentes - crédito ao consumo e crédito cartão, sendo que, neste último caso, procedeu-se ao Relançamento do Crédito Especial associado ao cartão de crédito
- VIII. Apresentação de novas parcerias Boost e NOS
- IX. Primeira campanha de divulgação da Plataforma Ontrade

Lançamento de novos produtos e serviços, vinculação e segmentação

- X. Criação do Conversas Activo – *Streaming* de eventos em direto na *internet*, em que mensalmente, em direto e de forma digital discutem-se temas relevantes para a vida financeira dos nossos Clientes
- XI. Lançamento do Ponto Activo Virtual – Sucursal no Facebook, onde foi disponibilizado um canal de *chat*
- XII. Criação de *site* de *internet* adaptado a dispositivos móveis, melhorando a experiência do utilizador nos telemóveis e *tablets*
- XIII. Desenvolvimento do *site* de *internet* em inglês
- XIV. Lançamento da primeira *app* para Apple Watch em Portugal

Crescimento

O conjunto de ações realizadas, a par da aposta contínua na inovação, contribuiu para que a base de Clientes do Banco apresentasse um crescimento líquido de cerca de 23,3 mil Clientes e que, no final do ano, o ActivoBank contasse com mais de 130 mil fãs no Facebook.

Destaca-se, ainda, o reconhecimento do ActivoBank pela comunidade financeira nacional e internacional, expresso na atribuição dos seguintes prémios:

- "Best Commercial Bank in Portugal"
atribuído pela revista World Finance (Banking awards 2015)
- "Prémio Navegantes XXI"
na categoria Marketing nas Redes Sociais
- "Most Innovative Bank Portugal 2015"
pela International Finance Magazine
- "Prémio Cinco Estrelas"
na categoria Banca, pela eficácia do processo de abertura de conta



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten initials "AS" in blue ink.

- “Best Consumer Internet Bank”

pela Global Finance



- Distinção no “Marktest Reputation Index”

como o banco *online* com melhor reputação



- No setor financeiro, o Ponto Activo Virtual e a forma como o ActivoBank se relaciona com os seus fãs do Facebook foram premiados, através da agência COMON



15ª Edição dos Prémios SAPO

O ActivoBank em Números

Manteve-se, ao longo de 2015, uma estratégia de captação de novos Clientes. Paralelamente, e visando garantir um maior envolvimento e reforço da relação com os Clientes, procedeu-se ao reforço da proposta de valor, complementando-se a oferta destinada a suprir as necessidades do dia-a-dia e as necessidades financeiras básicas

Ainda ao nível do CRM deram-se passos significativos no sentido de garantir que a proposta de produto ou serviço apresentada ao Cliente é sempre a mesma, independentemente do canal de contacto do Cliente com o Banco. Realçamos que esta oferta está disponível em todos os canais e engloba a quase totalidade de produtos e serviços do Banco.

A estratégia seguida traduziu-se num aumento muito significativo da base de Clientes, atingindo-se os 96 mil Clientes no final de 2015, um expressivo crescimento de cerca de 32% face ao final do ano anterior.

O enfoque no esforço de captação foi acompanhado pela manutenção de uma oferta inovadora de produtos financeiros muito simples e de elevada transparência para os consumidores. A proposta de valor foi complementada com novas soluções para garantir uma resposta do Banco às diversas solicitações dos Clientes no que respeita às necessidades transacionais do dia-a-dia, às necessidades financeiras básicas e à componente de investimentos. O desenvolvimento da pré-abertura de conta *online* totalmente integrada com a abertura de conta com assinatura num *tablet*, ajudou a um aumento significativo dos clientes captados pela Internet.

Manteve-se uma constante inovação ao nível das plataformas de *internet* e de *mobile banking* facilitando, ao pormenor, o contacto com o Banco. O ActivoBank foi o primeiro banco em Portugal a disponibilizar o acesso ao banco através de um Apple Watch e lançou a primeira sucursal de um banco nacional no Facebook.

Ao nível dos Pontos Activo (PA's), foram efetuados melhoramentos no *layout* do PA Expo - Vasco da Gama e do PA Norte Shopping.

Handwritten signature/initials in blue ink.

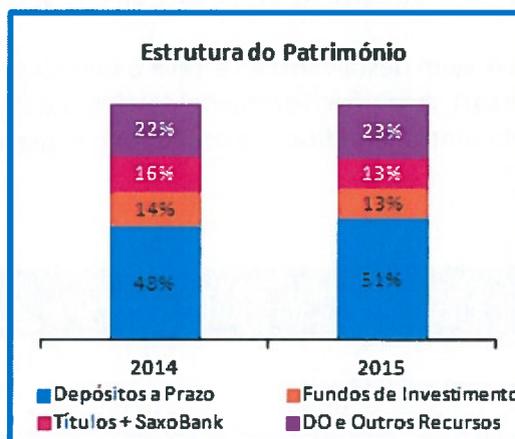
A qualidade do atendimento prestado no *contact center* e o nível de serviço de atendimento (81,7% das chamadas atendidas nos primeiros 10 segundos e uma taxa de abandono de 2,4%) manteve os níveis de excelência conseguidos no ano anterior, tendo-se iniciado os primeiros testes com propostas New Best Offer a Clientes nos contactos *inbound*.

Manteve-se uma proposta muito completa e abrangente de soluções de investimento, proporcionando aos Clientes, numa lógica de arquitetura aberta, o acesso a produtos, serviços e à informação financeira mais adequada, em cada momento, às suas necessidades e às condições de mercado. Iniciou-se igualmente a promoção da Plataforma Ontrade que resultou no estabelecimento de um número significativo de contratos.

A estrutura do património dos Clientes no Banco evoluiu de acordo com esta linha de atuação, existindo um reforço da componente de depósitos a prazo.

As condições de mercado motivaram um crescimento ligeiro ao nível do negócio de fundos de investimento mas determinaram um abrandamento da atividade de bolsa.

Apesar da diminuição do valor dos títulos depositados pelos Clientes, motivado pela diminuição das cotações, assistiu-se, ao longo de 2015, a um crescimento, em volume, dos títulos depositados nas carteiras.

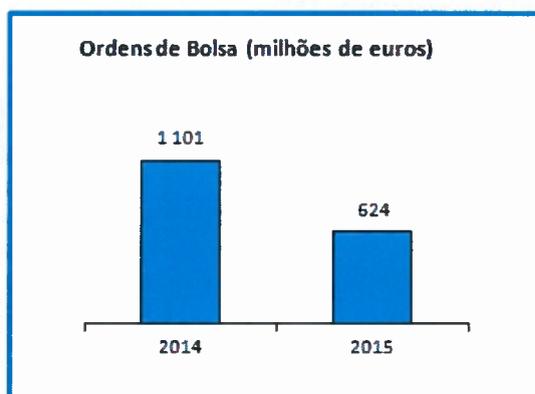


Os depósitos a prazo atingiram os 481,4 milhões de euros no final de 2015, registando uma evolução positiva de cerca de 96,6 milhões de euros face ao ano anterior. O património trazido para o Banco pelos Clientes captados ao longo do ano de 2015 foi um forte contributo para os resultados obtidos a este nível.

O negócio de fundos de investimento apresentou um ligeiro crescimento. No final de 2015, a carteira de fundos detidos pelos Clientes ascendia a cerca de 119,5 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de cerca de 3,4 milhões de euros face a 2014.

Ao nível do negócio de bolsa, registou-se uma redução de 32% no número de ordens executadas. Os volumes transacionados acompanharam este movimento descendente terminando-se o ano com um volume de operações executadas no valor de cerca de 624 milhões de euros.

As carteiras de títulos dos Clientes sofreram uma diminuição de 6,5 milhões de euros, devido à evolução das cotações. No final do ano, a carteira de títulos dos Clientes ascendia a cerca de 117,6 milhões de euros.



Ao nível dos *unit linked* e de seguros de poupança, bem como de obrigações e produtos estruturados, registou-se um decréscimo de 6,0 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução menos favorável está essencialmente associada ao facto de não ter ocorrido a comercialização de novos produtos.

Assim, a evolução patrimonial ao longo de 2015, traduziu-se num crescimento significativo dos Depósitos de Clientes. No final de 2015, o património financeiro situava-se nos 934,0 milhões de euros, o que representa um crescimento de 17,0% face ao ano anterior.

O Crédito, incluindo a carteira de Crédito à Habitação angariada pelo Banco e colocada junto do Banco Comercial Português, ascendia a 48,6 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 12,1% face ao ano anterior.

Na origem desta variação esteve o bom desempenho obtido ao nível das operações de Crédito Pessoal, com um crescimento de 46%, e do Crédito Cartão, com um aumento de cerca de 21%. Pelo contrário, refira-se o decréscimo registado pelo CrediBolsa.

Valores em milhões de euros

	2015	2014	Var. 15/14
Depósitos à Ordem	181,3	133,1	+ 36,2%
Depósitos a Prazo	481,4	384,9	+ 25,1%
Total de Depósitos	662,7	518,0	+ 28,0%
Fundos de Investimento	119,5	116,1	+ 2,9%
Títulos Depositados	117,6	124,2	- 5,3%
Outros Recursos (*)	34,0	39,9	- 14,9%
Património Financeiro	934,0	798,2	+ 17,0%
Crédito Habitação (**)	28,6	26,8	+ 6,7%
Restante Crédito (***)	20,0	16,6	+ 20,7%
Total de Crédito	48,6	43,4	+ 12,1%

(*) *Unit Linked*, Seguros de Poupança, Produtos Estruturados e Obrigações

(**) Valor da carteira angariada pelo ActivoBank e colocada junto do Banco Comercial Português

(***) Líquido de imparidade para riscos de crédito

3. Análise Financeira

A **Margem Financeira**, acrescida dos 11,7 milhões de euros de comissões de intermediação financeira cobradas ao Banco Comercial Português pela obtenção de depósitos para a esfera do Grupo, fixou-se em 9,3 milhões de euros, um crescimento de 9,2% face a 2014.

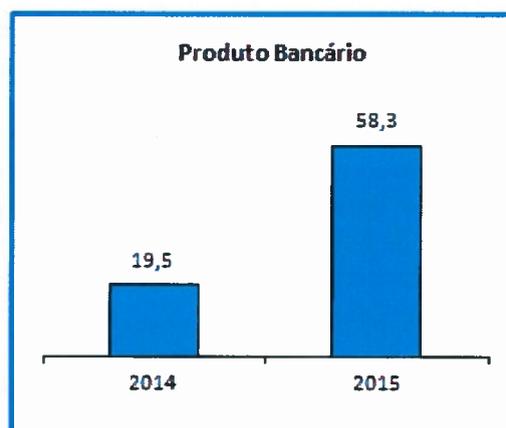
Adicionalmente, manteve-se ao longo do ano de 2015 o processo de redução das taxas praticadas nos produtos de depósitos a prazo que havia sido iniciado no final do 1º trimestre de 2012. Ao longo do ano de 2015 foi possível reduzir em cerca de 90 pontos base a taxa média da carteira de depósitos a prazo dos Clientes.

As **Comissões Líquidas**, não incluindo as acima referidas comissões cobradas ao Banco Comercial Português, fixaram-se em 6,1 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 12,3% face ao ano anterior.

As comissões diretamente ligadas a mercados financeiros, nomeadamente as relativas a operações de títulos registaram uma redução de 16,0%, refletindo a menor dinâmica observada neste segmento de negócio ao longo do ano.

A capacidade de angariação de novas operações de Crédito à Habitação permitiu aumentar de forma muito significativa as comissões provenientes desta linha de negócio que apresentaram um expressivo crescimento de 108,0%.

Relativamente às comissões relativas a produtos de terceiros (fundos de investimento e seguros) é de destacar o significativo crescimento de 44% registado pelas comissões de seguros durante o ano de 2015.



Pelo contrário, em relação às comissões provenientes de cartões, registou-se um decréscimo no valor de 54 milhares de euros, equivalente a 6%, que decorreu essencialmente da acentuada descida do *Interchange Fee*.

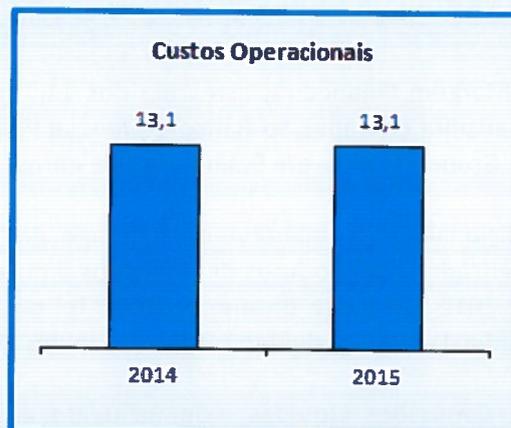
A venda da carteira de títulos de dívida pública detida pelo Banco, realizada, em 2015, de acordo com a estratégia do Grupo para estes ativos, permitiu-lhe gerar resultados em operações financeiras de 43,0 milhões de euros.

Por este motivo, o **Produto Bancário** apresentou um crescimento de 199,6% fixando-se em 58,3 milhões de euros no final de 2015.

Os **Custos Operacionais** (custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações), mantiveram-se estáveis em relação ao ano anterior, resultado do constante enfoque na otimização dos procedimentos operativos do Banco e da otimização do quadro de pessoal. Para esta estabilização contribuiu, também, a redução dos custos de amortização, com especial incidência para os relativos a *software*.

No final do ano, esses custos ascendiam a 13,1 milhões de euros sendo que os ganhos relativamente ao ano anterior se situaram, essencialmente, ao nível dos custos com pessoal e das amortizações.

Os **Custos com Pessoal** registaram um decréscimo de 7,7%, situando-se em 5,5 milhões de euros. Para esta diminuição contribuiu a redução do quadro médio observada em 2015.



A variação dos **Outros Gastos Administrativos** situou-se em + 9,1%, fechando o ano com um valor global de 7,3 milhões de euros e sendo de referir os acréscimos que se verificaram ao nível da publicidade, + 69,1%, e do *outsourcing*, + 135,9%. O constante enfoque na otimização e melhoria dos procedimentos adotados pelo Banco permitiu reduzir os custos relativos a serviços especializados, que resultam do recurso às estruturas do Banco Comercial Português.

As amortizações apresentam uma esperada diminuição face a 2014 que reflete, no essencial, a redução das amortizações relacionadas com *software*. Em 2015, o valor de amortizações fixou-se em 0,4 milhões de euros.

O Banco apresentou um **Resultado Líquido** de 33,3 milhões de euros, uma melhoria de 28,2 milhões de euros face ao ano anterior, que reflete o aproveitamento na realização de resultados de operações financeiras, bem como o esforço de crescimento e de implementação da nova proposta de valor do ActivoBank com crescente aceitação por parte dos Clientes e do mercado em geral.

O ActivoBank manteve níveis de solvabilidade elevados, situando-se o Rácio de Solvabilidade, no final de 2015, em 11,6%.

4. Prestação de Serviços Intragrupo

O ActivoBank, sendo um intermediário financeiro cujo capital social é indiretamente detido, na totalidade, pelo Banco Comercial Português, S.A., prossegue a sua atividade otimizando os meios e recursos do Grupo Banco Comercial Português, nos termos e segundo os instrumentos previstos nas normas legais e regulamentares aplicáveis e consoante as matérias ou funções especificamente em causa.

Ocorre, assim, a subcontratação ao Banco Comercial Português, S.A., de diversas funções, ao abrigo do disposto no Código dos Valores Mobiliários (artº 308 e sgs), nomeadamente no que se refere a:

- (i) Serviços administrativos e corporativos gerais, Contabilidade, Assessoria Jurídica, Operações (na parte não realizada pela Direção de Suporte ao Negócio do Banco), Informática, Suporte à Gestão de Pessoas;
- (ii) Utilização da rede Millennium bcp para a prestação de um conjunto de operações/serviços bancários.

Por outro lado, em matéria de controlo interno, acham-se estabelecidos entre o ActivoBank e o Banco Comercial Português, S.A., serviços comuns para o desenvolvimento das responsabilidades atribuídas às funções de controlo do cumprimento (*Compliance Office*), de gestão de riscos (*Risk Office*) e de auditoria interna (DAU) uma vez que, nos termos do Regulamento 2/2007 da CMVM, com as alterações introduzidas pelo Regulamento 3/2008 da CMVM, esses serviços estão dotados dos recursos humanos e materiais apropriados para o desempenho eficaz das respetivas responsabilidades, encontrando-se igualmente salvaguardados os requisitos de independência e o acesso à informação relativamente a cada um dos intermediários financeiros, em respeito pelo disposto nos Regulamentos da CMVM atrás referidos.

5. *Compliance* com as recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência de informação e à valorização de ativos

I. Modelo de Negócio	Página
1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	RG: Pág. 8 - 12
2. Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	RG: Pág. 8 - 12 (O Banco não realizou operações de titularização nem de emissão de produtos estruturados)
3. Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);	RG: pág. 8 - 12
4. Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Nota 35

5. Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida;	Nota 35
II. Riscos e Gestão dos Riscos	Página
6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;	Notas 6, 7 e 35
7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas corretivas adotadas;	Nota 35
III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados	Página
8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos <i>write-downs</i> nos resultados;	RG: Pág. 10 - 14, Notas 6 e 7
9. Decomposição dos <i>write-downs</i> /perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: <i>commercial mortgage-backed securities (CMBS)</i> , <i>residential mortgage-backed securities (RMBS)</i> , <i>colateralised debt obligations (CDO)</i> , <i>asset-backed securities (ABS)</i> ;	Não aplicável
10. Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido;	RG: Pág. 8 - 14
11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	RG: Pág. 8 - 14
12. Decomposição dos <i>write-downs</i> entre montantes realizados e não realizados;	Notas 6, 7 e 29
13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade;	Não aplicável
14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Nota 35
15. Divulgação do impacto que a evolução dos <i>spreads</i> associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Nota 32
IV. Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência	Página
16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	O Banco não tem exposição a produtos

	<p>financeiros afetados pela crise financeira, sendo a sua carteira de títulos constituída por Obrigações do Tesouro (nota 18).</p> <p>Informação adicional sobre as políticas contabilísticas e de gestão de risco nas notas 1, 18, 32 e 35.</p>
17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de <i>credit default swaps</i>) e o respetivo efeito nas exposições existentes;	Não aplicável
18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: <ul style="list-style-type: none"> – Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; – Nível da qualidade de crédito (e.g. <i>ratings, vintages</i>); – Áreas geográficas de origem; – Setor de atividade; – Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); – Características do produto: e.g. <i>ratings</i>, peso/parcela de ativos <i>sub-prime</i> associados, taxas de desconto, <i>spreads</i>, financiamento; – Características dos ativos subjacentes: e.g. <i>vintages</i>, rácio <i>loan-to-value</i>, privilégios creditórios; vida média ponderada do ativo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas. 	Não aplicável
19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, <i>write-downs</i> , compras, etc.)	Não aplicável
20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	Não aplicável
21. Exposição a seguradoras de tipo <i>monoline</i> e qualidade dos ativos segurados: <ul style="list-style-type: none"> – Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de proteção de crédito adquirido; – Justo valor das exposições “vivas”, bem como a respetiva proteção de crédito; – Valor dos <i>write-downs</i> e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; – Decomposição das exposições por <i>rating</i> ou contraparte. 	Não aplicável

V. Políticas contábilísticas e métodos de valorização	Página
22. Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contábilísticos e o respetivo tratamento contábilístico;	Nota 1
23. Consolidação das <i>Special Purpose Entities (SPE)</i> e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência;	O Banco não detém qualquer <i>Special Purpose Entities (SPE)</i> nem produtos estruturados
24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: <ul style="list-style-type: none"> – Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; – Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); – Tratamento dos <i>day 1 profits</i> (incluindo informação quantitativa); – Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respetivos montantes (com adequada decomposição); 	Nota 32
25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: <ul style="list-style-type: none"> – Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; – Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); – Tipos de ajustamento aplicados para refletir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; – Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave); – <i>Stress scenarios</i>. 	Nota 32
VI. Outros aspetos relevantes na divulgação	Página
26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Notas 1 e 37

6. Evolução previsível do Banco em 2016

A aposta do Banco em 2016 vai continuar focada nos objetivos estratégicos de crescimento da base de Clientes, de aumento do seu envolvimento (volume de negócios) com enfoque na rentabilidade, de desenvolvimento do pilar de investimentos e de reforço da oferta base.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Para concretizar estas orientações, serão desenvolvidas um conjunto de iniciativas com destaque para:

- Reforço da expansão da força de angariação não bancária (Promotores Associados) e da abordagem aos Colaboradores das empresas identificadas com o *target* do Banco;
- Desenvolvimento do modelo de reforço de vinculação e segmentação, direcionado para a identificação e satisfação das necessidades financeiras dos Clientes;
- Continuação da simplificação e automatização dos processos operativos, garantindo a excelência do serviço ao Cliente, fundamental para suportar a recomendação por parte dos Clientes;
- Continuação da aposta no canal *mobile*, com a inclusão de novas funcionalidades nas aplicações já existentes para os diferentes dispositivos, tanto na vertente dia-a-dia, como de investimentos;
- Lançamento de novos produtos com o intuito de responder às diversas necessidades identificadas junto dos nossos Clientes, com destaque para novos produtos para a solução habitação e automóvel;
- Reforço das soluções de investimento, em especial com a introdução na oferta do Banco de uma nova plataforma de negociação em bolsa e um serviço de aconselhamento;
- Estabelecimento de parcerias com empresas, no sentido de tornar mais diferenciadora a experiência dos Clientes do Banco;
- Desenvolvimento de novas linhas de negócio para segmentos de Clientes específicos, com especial incidência, entre outros, para o segmento de Jovens Emigrantes e para o segmento de Empreendedores;
- Desenvolvimento na *internet* de um processo de concessão de crédito que permita o *fundring* da conta no momento;
- Criação de um novo produto de crédito à habitação com *booking* no ActivoBank;
- Dinamização de plataforma de negociação no mercado a prazo.

7. Informação sobre a política de remuneração e rendimentos auferidos pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Informa-se que, de acordo com a política de remunerações aprovada para as sociedades controladas pelo BCP, a remuneração e outros benefícios dos colaboradores do Grupo Banco Comercial Português são fixadas em razão da sua experiência, senioridade e categoria

profissional, independentemente das funções que, em cada momento, sejam chamados a desempenhar em qualquer sociedade integrada no Grupo. Assim é, também, com os membros do Conselho de Administração do ActivoBank, a quem não foram pagas por esta sociedade, no exercício de 2015, quaisquer remunerações, fixas ou variáveis.

Sem prejuízo do que antecede, e apenas relativamente ao Administrador Executivo Nelson Ricardo Bessa Machado a sociedade suportou encargos no montante de 247.556,75 €.

Não existiram no exercício planos de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Não existiram custos com pensões e outros encargos referentes a membros do Conselho de Administração.

Não foram concedidos créditos, sob qualquer forma, aos membros do Conselho de Administração.

Ao Revisor Oficial de Contas foram pagos os seguintes valores:

	em valor	em %
Serviços de revisão legal de contas	31.320,00€	71%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	12.608,00€	29%
Serviços de Auditoria	43.928,00€	100%
Serviços de consultoria fiscal	0,00€	0%
Outros serviços que não de revisão legal das contas	0,00€	0%
Outros Serviços	0,00€	0%
Total	43.928,00€	

Aos membros do Conselho Fiscal foram pagos as seguintes remunerações pelo Banco ActivoBank:

Joaquim Patrício da Silva: 5.750,04 €

Leopoldo de Assunção Alves: 3.000,00 €

8. Informação sobre a política de remuneração e rendimentos auferidos pelos Colaboradores

No exercício de 2015 e de acordo com a política de remunerações fixadas para as sociedades controladas pelo BCP, a remuneração e outros benefícios dos Colaboradores do Grupo são fixadas em razão da sua experiência, senioridade e categoria profissional, independentemente das funções que, em cada momento, sejam chamados a desempenhar.

No exercício de 2015 foram realizadas 9 saídas por mobilidade para outras empresas do Grupo, das quais 6 resultaram em rescisões por mútuo acordo com a empresa de origem do Grupo, e 1 pedido de demissão. No mesmo ano, o ActivoBank recebeu 4 Colaboradores via mobilidade de outras empresas do Grupo.

No que respeita aos valores das remunerações e indemnizações apresentaram a seguinte distribuição:

Número de Colaboradores	Fixas	Variáveis	Total	Indemnizações
136	3.947.019,43 €	272.209,02 €	4.219.228,45 €	0 €

Não há remunerações variáveis, no sentido corrente do termo, sendo que os valores acima identificados correspondem aos valores pagos no exercício como incentivos comerciais

Foi ainda pago o valor de 150.436,57 € a 79 Estagiários.

9. Estrutura e práticas de governo societário (síntese)

A sociedade adotou a estrutura societária a seguir indicada:

- Mesa da Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

No que respeita às práticas de governo societário, a sociedade Banco ActivoBank, S.A. segue as adotadas pelo Banco Comercial Português, S.A., sociedade que detém indiretamente a totalidade do seu capital social, estando as práticas regulatórias seguidas pelo Banco Comercial Português, S.A. no âmbito do Governo da Sociedade descritas no Relatório sobre o Governo da Sociedade daquele Banco, disponível para consulta no sítio www.millenniumbcp.pt, documento que foi elaborado em respeito pelas normas legais e regulamentares em vigor, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração do ActivoBank aprovou em 2010 um normativo próprio para especialmente regular o exercício da atividade de intermediação financeira que o Banco prossegue, através do qual é rececionado e integrado no sistema de normativos próprio o Regulamento de Exercício da Atividade de Intermediação Financeira do Banco Comercial Português, S.A., cujos preceitos são aplicados naquilo que não seja incompatível com quaisquer especialidades relevantes do ActivoBank.

O Conselho de Administração do ActivoBank aprovou a aplicação das seguintes Políticas de *Compliance*, vigentes no Banco Comercial Português, S.A.:

- Política de Aceitação de Clientes;
- Política de Identificação de Clientes;
- Política de Análise e Monitorização de Entidades de Risco Elevado;

- Política de Gestão de Risco de Branqueamento de Capitais e de Financiamento de Terrorismo;
- Política de Execução de Ordens;
- Política de Conflitos de Interesses.

O Banco procede periodicamente à revisão várias das referidas Políticas, em ordem à respetiva atualização em face da entrada em vigor de diversos normativos.

10. Proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral

Tendo em consideração os resultados apurados no exercício de 2015, por um lado, e o nível dos rácios de capital, por outro, propõe-se que o resultado líquido do exercício no montante de 33.262.972,38 euros tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal: 3.326.298,00 euros
- Distribuição de dividendos: 15.000.000,00 euros
- Resultados transitados: 14.936.674,38 euros.

11. Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros

Nota relativa ao relato financeiro dos mediadores de seguros ou de resseguros prevista no artigo 4º da norma Regulamentar nº 15/2009-R de 30 de Dezembro da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O ActivoBank está registado com o número 207074592 na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), desde 26 de Março de 2007 na categoria de Mediador de Seguros Ligado com autorização para os ramos vida e não vida. As políticas contabilísticas adotadas pelo Banco encontram-se devidamente identificadas na nota 1 às demonstrações financeiras individuais.

Em 2015, o Banco recebeu, exclusivamente de empresas de seguros e a título de comissões pela sua atividade de mediação de seguros, um total de 477.729,07 €, de acordo com a seguinte distribuição:

	RAMO VIDA	RAMO NÃO VIDA	TOTAL	%
Ocidental, Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S A	97.418,00	--	97.418,00	20%
Ocidental, Companhia Portuguesa de Seguros, S A	--	361.803,00	361.803,00	76%
Skandia Link, Sucursal de Portugal	18.508,07	--	18.508,07	4%
TOTAL	115.926,07	361.803,00	477.729,07	100%

Não são aplicáveis as disposições relativas a contas “Clientes”, contas a receber e pagar, contas a receber vencidas, garantias colaterais, transmissão de carteiras de seguros, contratos cessados com empresas de seguros e obrigações materiais.

12. Referências finais

Processo de avaliação de cenários para o ActivoBank: Em 24 de fevereiro de 2015, o Banco Comercial Português, S.A. informou que se encontra em processo de avaliação de vários cenários estratégicos que promovam a valorização do ActivoBank.

No entanto, no decurso de outubro de 2015, o Banco Comercial Português, S.A. optou por suspender a venda do ActivoBank e adiar a operação para o início de 2016.

Ao concluir o Relatório da Atividade desenvolvida em 2015, o Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela cooperação dispensada, no âmbito das suas atribuições, às entidades e pessoas que mais contribuíram para a realização dos objetivos estabelecidos.

Às Autoridades Monetárias e Financeiras e órgão de supervisão, nomeadamente o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pela colaboração e apoio sempre manifestados.

Aos nossos Clientes, pela confiança que a sua preferência demonstra, dirigimos os nossos agradecimentos, comprometendo-nos a procurar continuamente dar melhores respostas para a satisfação das suas necessidades.

Ao Acionista, pelo seu apoio constante e pelo acompanhamento interessado na atividade da Sociedade.

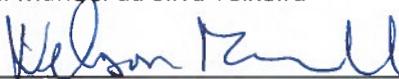
Aos membros da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, pela atitude participativa e construtiva que sempre manifestaram.

Aos Colaboradores, pelo empenho, motivação, disponibilidade e competência profissional que sempre demonstraram, confirmando a sua dedicação à Instituição, contribuindo para a consecução dos nossos objetivos.

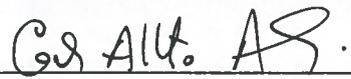
Lisboa, 8 de março de 2016



Rui Manuel da Silva Teixeira



Nelson Ricardo Bessa Machado



Carlos Alberto Alves

13. Anexo

Informação sobre as ações e obrigações que cada membro dos Órgãos de Administração e Fiscalização, respetivo cônjuge e descendentes menores detêm na sociedade ou em sociedade com as quais esta esteja em relação de domínio ou de grupo:

Acionistas/Obrigacionistas	Título	N.º Títulos à Data de		Natureza do Negócio e Quantidade de Valores Mobiliários Negociados			Preço unitário em euros
		31-12-2014	31-12-2015	Aquisições	Alienações	Data	
Membros dos Órgãos Sociais, Dirigentes e Pessoas Estreitamente Relacionadas Com Estas							
Membros dos Órgãos Sociais							
Rui Manuel da Silva Teixeira	Ações BCP	170 389	170 389				
Pessoas Estreitamente Relacionadas Com Categorias Anteriores							
Maria Helena Espassandim Catão	Ações BCP	2 750	2 750				

Acionistas/Obrigacionistas	Título	N.º Títulos à Data de		Natureza do Negócio e			Preço unitário em euros
		31-12-2014	31-12-2015	Aquisições	Alienações	Data	
Membros dos Órgãos Sociais, Dirigentes e Pessoas Estreitamente Relacionadas Com Estas							
Membros dos Órgãos Sociais							
Carlos Alberto Alves	Ações BCP	500 002	500 002				
Pessoas Estreitamente Relacionadas Com Categorias Anteriores							

Nelson Ricardo Bessa Machado – nada a declarar nos termos do disposto no nº 5 do art 447º CSC.

Joaquim Patrício da Silva – nada a declarar nos termos do disposto no nº 5 do art 447º CSC.

Leopoldo de Assunção Alves – nada a declarar nos termos do disposto no nº 5 do art 447º CSC.

João José Carvalho Pereira – nada a declarar nos termos do disposto no nº 5 do art 447º CSC.

Banco ActivoBank, S.A.

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Notas	2015	2014
		(Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	5.186.341	11.208.324
Juros e custos equiparados	3	(7.645.985)	(8.724.115)
Margem financeira		(2.459.644)	2.484.209
Rendimentos de instrumentos de capital	4	49.046	45.281
Resultados de serviços e comissões	5	17.850.740	11.456.926
Resultados em operações de negociação	6	96.817	72.010
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7	42.939.417	5.625.351
Outros proveitos / (custos) de exploração	8	(199.353)	(231.768)
Total de proveitos operacionais		58.277.023	19.452.009
Custos com o pessoal	9	5.451.099	5.905.166
Outros gastos administrativos	10	7.282.387	6.673.301
Amortizações do exercício	11	401.338	539.359
Total de custos operacionais		13.134.824	13.117.826
Resultado operacional antes de provisões e imparidades		45.142.199	6.334.183
Imparidade do crédito	12	(265.140)	(81.138)
Outras provisões	13	(162.009)	(56.584)
Resultado antes de impostos		44.715.050	6.196.461
Impostos			
Correntes	21	(7.876.749)	(837.695)
Diferidos	21	(3.575.329)	(320.343)
Resultado líquido do exercício		33.262.972	5.038.423

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Blabral

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]

Nelson Zuchel

Caro Alth AR.

[Handwritten signature]

Banco ActivoBank, S.A.

Balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Notas	2015	2014
(Euros)			
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	170.100	138.965
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	277.197.642	28.177.591
Aplicações em instituições de crédito	16	400.016.667	8.000.772
Créditos a clientes	17	19.996.635	16.563.174
Ativos financeiros disponíveis para venda	18	20.573.247	497.023.999
Outros ativos tangíveis	19	1.870.996	2.187.012
Ativos intangíveis	20	92.509	64.365
Ativos por impostos diferidos	21	207.272	-
Outros ativos	22	10.541.924	7.178.277
Total do Ativo		730.666.992	559.334.155
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	23	2.049	1
Depósitos de clientes	24	662.729.774	517.939.381
Provisões	25	510.994	348.985
Passivos por impostos correntes		7.225.999	431.484
Passivos por impostos diferidos	21	-	517.013
Outros passivos	26	3.403.890	3.497.623
Total do Passivo		673.872.706	522.734.487
Capitais Próprios			
Capital	27	17.500.000	17.500.000
Reservas de justo valor	29	360.694	12.949.706
Reservas e resultados acumulados	29	5.670.620	1.111.539
Resultado líquido do exercício		33.262.972	5.038.423
Total de Capitais Próprios		56.794.286	36.599.668
		730.666.992	559.334.155

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Blabral

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Xéer
Nelson Tundl
Caro Alberto AR

Banco ActivoBank, S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
	(Euros)	
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Juros recebidos	2 823 865	1 860 064
Comissões recebidas	16 467 541	11 407 156
Recebimentos por prestação de serviços	40 850	96 344
Pagamento de juros	(8 412 164)	(8 488 013)
Pagamento de comissões	(469 182)	(352 326)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	6 419	64 183
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(13 203 728)	(13 321 594)
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(879 208)	(68 402)
	<u>(3 625 607)</u>	<u>(8 802 588)</u>
Diminuição / (aumento) de ativos operacionais:		
Fundos recebidos de / (adiantados a) instituições de crédito	(392 000 000)	197 000 000
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(1 318 400)	(978 344)
Fundos adiantados a clientes	(3 726 499)	(926 908)
Títulos negociáveis a curto prazo	(1 823)	(4 329)
Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	2 047	(237)
Débitos para com clientes – à vista	48 233 414	32 113 006
Débitos para com clientes – a prazo	97 516 185	71 757 539
	<u>(254 920 683)</u>	<u>290 158 139</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Dividendos recebidos	49 046	45 281
Juros recebidos de ativos financeiros disponíveis para venda	2 427 926	9 468 668
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	972 267 000	510 553 000
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	(485 904 000)	(806 466 000)
Vencimento de ativos financeiros disponíveis para venda	18 500 000	1 140 000
Compra de ativos tangíveis e intangíveis	(113 466)	(72 090)
Diminuição / (aumento) em outras contas do ativo	(129 160)	(945 629)
	<u>507 097 346</u>	<u>(286 276 770)</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Aumento / (diminuição) em outras contas de passivo	(3 125 477)	(296 771)
	<u>(3 125 477)</u>	<u>(296 771)</u>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	249 051 186	3 584 598
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	28 316 556	24 731 958
Caixa (nota 14)	170 100	138 965
Outros investimentos de curto prazo (nota 15)	277 197 642	28 177 591
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>277 367 742</u>	<u>28 316 556</u>

25
 02/10
 CR

Banco ActivoBank, S.A.**Demonstração das alterações dos Capitais Próprios
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Valores expressos em Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital	Reservas legais, estatutárias e outras reservas	Reservas justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de janeiro de 2014	23 651 943	41.000.000	19 670	2 777 851	(20 145 578)
Outro rendimento integral					
Perdas atuariais no exercício (nota 33)	(2.256.191)	-	-	-	(2.256.191)
Reservas de justo valor (nota 29)	10.171.855	-	-	10.171.855	-
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	(6 362)	-	-	-	(6 362)
Resultado líquido do exercício	5 038 423	-	-	-	5 038 423
Total do rendimento integral do exercício	12 947 725	-	-	10 171 855	2 775 870
Redução do capital social (nota 27)	-	(23 500.000)	(19 670)	-	23 519 670
Saldos em 31 de dezembro de 2014	36 599 668	17.500.000	-	12 949.706	6 149.962
Outro rendimento integral					
Perdas atuariais no exercício (nota 33)	(479.342)	-	-	-	(479.342)
Reservas de justo valor (nota 29)	(12.589.012)	-	-	(12.589.012)	-
Resultado líquido do exercício	33.262.972	-	-	-	33.262.972
Total do rendimento integral do exercício	20.194.618	-	-	(12.589.012)	32.783.630
Saldos em 31 de dezembro de 2015	56.794.286	17.500.000	-	360.694	38.933.592

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Handwritten signature and initials in blue ink.

Banco ActivoBank, S.A.
Demonstração do Rendimento Integral
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Notas	2015	2014
		(Euros)	
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>			
Reservas de justo valor		(16 898 003)	13 550 637
Impostos		4 308 991	(3 378 782)
		<u>(12 589 012)</u>	<u>10 171 855</u>
<i>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>			
Perdas atuariais do exercício			
Valor Bruto	33	(660 730)	(2 499 392)
Impostos		181 388	243 201
		<u>(479 342)</u>	<u>(2 256 191)</u>
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)			
Valor Bruto		-	(8 539)
Impostos		-	2 177
		<u>-</u>	<u>(6 362)</u>
		<u>(479 342)</u>	<u>(2 262 553)</u>
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		(13 068 354)	7 909 302
Resultado líquido do exercício		<u>33 262 972</u>	<u>5 038 423</u>
Total do rendimento integral do exercício		<u><u>20 194 618</u></u>	<u><u>12 947 725</u></u>



Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco ActivoBank, S.A. (ActivoBank ou Banco), anteriormente designado por Banco Mello de Investimentos, S.A., foi constituído com a designação inicial de Sociedade Financeira Portuguesa - Banco de Investimento, S.A., em 27 de setembro de 1969 com o estatuto jurídico de sociedade anónima, tendo sido transformado em empresa pública em 14 de março de 1975, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132-A/75. De acordo com o Decreto-Lei n.º 282-A/90 publicado em 14 de setembro, o Banco foi transformado em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos, sendo privatizado em sessão especial de Bolsa em 6 de maio de 1991.

Em janeiro de 2000, o BCP e o Grupo José de Mello estabeleceram um acordo de integração dos respetivos grupos financeiros. Na sequência do referido acordo o Banco passou a integrar o Grupo BCP, tendo sido iniciada uma fase de reestruturação e integração da sua atividade, no referido Grupo.

Em 20 de abril de 2001 foi alterada a denominação social para Banco ActivoBank (Portugal), S.A. Durante o exercício de 2001 procedeu-se à cisão-fusão por destaque de parte do património do Banco ActivoBank (Portugal), S.A., no BCP Investimento - Banco Comercial Português de Investimento, S.A., tendo a escritura pública sido realizada em 17 de dezembro de 2001. O património destacado correspondia a ativos e passivos associados à atividade da banca de investimento que eram originários do Banco Mello Investimentos, S.A.

Em 1 de fevereiro de 2010 foi alterada a denominação social para Banco ActivoBank, S.A.

O Banco tem por objeto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos bancos de acordo com a legislação em vigor, tendo-se especializado designadamente em operações de crédito para aquisição de títulos e na seleção e aconselhamento de produtos de investimento de longo prazo.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. As demonstrações financeiras do ActivoBank são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Comercial Português, *ultimate parent company* da Sociedade.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ('NCA's'). As NCA's incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ('IFRIC') e pelos respetivos órgãos antecessores com exceção dos aspetos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o atual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS. As demonstrações financeiras agora apresentadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 8 de março de 2016. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

O Banco adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2015, tal como referido na nota 37.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1 u).

b) *Crédito a clientes*

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Banco expiram, ou (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade

Provisões para crédito

Conforme referido na política contabilística 1 a), o Banco aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido no n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Banco nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vencidos associados, e créditos objeto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efetuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a atual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de junho, n.º 7/00 de 27 de outubro e n.º 8/03 de 30 de janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as diretrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, e desde que de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal a classe de mora associada ao incumprimento determine uma provisão de 100%, pela utilização de perdas de imparidade.

c) *Instrumentos Financeiros*

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o banco se compromete a adquirir o ativo e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente.

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados em operações de negociação.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Banco, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações. Os ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável.

Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

25
CA
DSD

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

3) *Outros ativos e passivos financeiros*

Os outros ativos e passivos financeiros são todos os ativos e passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas e cedências em mercado monetário, depósitos e disponibilidades de clientes e de outras instituições financeiras, depósitos de clientes, dívida emitida, entre outros.

Estes instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros ou venda de outros ativos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

(ii) *Imparidade*

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Banco, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

d) *Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros*

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo, ou

- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

O Banco não adotou esta possibilidade.

e) *Desreconhecimento*

O Banco desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou o Banco não mantém controlo dos mesmos.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

f) *Instrumentos de capital*

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As ações preferenciais emitidas pelo Banco são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Banco e os dividendos são pagos pelo Banco numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzido ao capital próprio.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

g) *Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais são registados por contrapartida de resultados, até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado de acordo com a IAS 18, no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação, e

- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

h) *Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões*

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

i) *Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda)*

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

j) *Atividades fiduciárias*

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

k) *Outros ativos tangíveis*

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Banco procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

25
CA
CA

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício

l) *Ativos intangíveis*

Encargos com projetos de investigação e desenvolvimento

O Banco não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como gasto no exercício em que ocorrem.

Software

O Banco regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Banco não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

m) *Caixa e equivalentes de caixa*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

n) *Offsetting*

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Banco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

o) *Transações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

p) *Benefícios a empregados*

Plano de benefícios definidos

O Banco tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções coletivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções coletivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do setor bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

Até 2011, a par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Banco tinha assumido a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo admitidos até 21 de setembro de 2006 (Plano Complementar). O Banco no final do exercício de 2012 determinou a extinção ("corte") do benefício de velhice do Plano Complementar. Em 14 de dezembro de 2012, o ISP aprovou formalmente esta alteração ao plano de benefícios do Banco com efeitos a 1 de janeiro de 2012. O corte do plano foi efetuado, tendo sido atribuído aos colaboradores direitos adquiridos individualizados. Nessa data, o Banco procedeu igualmente à liquidação da respetiva responsabilidade.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ("IRCT") dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19. De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde e outras responsabilidades	10 anos
Responsabilidades por morte antes da data de reforma	8 anos
Reformas antecipadas	8 anos
Anulação de perdas atuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas	8 anos
Aumento do saldo de perdas atuariais diferidas	8 anos
Excesso de amortizações de perdas atuariais de acordo com as normas locais	8 anos

No âmbito do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008 relativamente às rubricas indicadas no quadro anterior, foi autorizada uma duração adicional de três anos face ao período de diferimento inicialmente previsto.

A responsabilidade líquida do Banco com planos de reforma e outros benefícios (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano.

A responsabilidade líquida do Banco relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Banco reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo Banco de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Planos de contribuição definida

Para os Planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Banco são reconhecidas como um gasto do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco tem 2 planos de contribuição definida. Um plano que abrange os colaboradores que tenham sido admitidos até 1 de julho de 2009. Para este plano, designado não contributivo, serão efetuadas contribuições do Banco anuais e iguais a 1% da remuneração anual paga aos colaboradores no ano anterior. As contribuições apenas serão efetuadas caso sejam cumpridos os seguintes requisitos: (i) o ROE do Grupo Banco Comercial Português seja igual ou superior à taxa das obrigações do tesouro a 10 anos acrescida de 5 pontos percentuais e, (ii) existam reservas ou resultados distribuíveis nas contas do Banco Comercial Português.

Um outro plano que abrange os colaboradores que tenham sido admitidos após 1 de julho de 2009. Para este plano, designado contributivo, serão efetuadas contribuições mensais e iguais a 1,5% da remuneração mensal auferida pelos colaboradores no corrente mês, quer pelo Banco e quer pelos próprios colaboradores.

Planos de remuneração com ações

À data de 31 de dezembro de 2015 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete ao Conselho de Administração fixar os respetivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

21
CA
PND

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

q) Impostos sobre lucros

O Banco está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se revertirem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes, e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

r) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

s) Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

O Banco ActivoBank, S.A. é uma entidade autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para a prática da atividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144 / 2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros o Banco efetua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, o Banco recebe comissões pela mediação de contratos de seguros e de contratos de investimento, as quais estão definidas em acordos / protocolos estabelecidos entre o Banco e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros ativos.

t) Locação financeira

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

u) *Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas*

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Banco avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. De acordo com as políticas do Banco, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação e em ativos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação e ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e em ativos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e em ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Margem financeira	(2.459.644)	2.484.209
Resultados em operações de negociação	96.817	72.010
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	42.939.417	5.625.351
	<u>40.576.590</u>	<u>8.181.570</u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 Euros	2014 Euros
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	1.399.790	1.241.392
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	2.427.926	9.468.668
Juros de depósitos e outras aplicações	1.358.625	498.264
	<u>5.186.341</u>	<u>11.208.324</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	7.645.985	8.724.115
	<u>(2.459.644)</u>	<u>2.484.209</u>

A rubrica Juros e proveitos equiparados - Juros de depósitos e outras aplicações regista os juros recebidos de aplicações do Banco junto do Banco Comercial Português, S.A. contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 g).

No exercício de 2015, a rubrica de Juros e proveitos equiparados inclui o montante de Euros 49.830 (31 de dezembro de 2014: Euros 23.944) relativo a proveitos de clientes com sinais de imparidade.

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 Euros	2014 Euros
<i>Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda</i>		
SIBS - S G P S, S.A.	29.400	29.400
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	19.646	15.881
	<u>49.046</u>	<u>45.281</u>

A rubrica Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda corresponde a dividendos recebidos durante o exercício.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 Euros	2014 Euros
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	1 881 780	1 441 026
Por compromissos perante terceiros	325	325
Por serviços bancários prestados	15 132 671	9 134 331
Operações sobre títulos	802 772	955 199
Gestão e manutenção de contas	149	169
Outras comissões	504 331	277 762
	<u>18 322 028</u>	<u>11 808 812</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	462 591	348 826
Outras comissões	8 697	3 060
	<u>471 288</u>	<u>351 886</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>17 850 740</u>	<u>11 456 926</u>

A rubrica Serviços e comissões recebidas - Por serviços bancários prestados inclui o montante de Euros 11.714.682 (2014: Euros 5.994.309), relativo a comissões de intermediação financeira cobradas ao Banco Comercial Português, S.A.

A referida rubrica inclui também as comissões cobradas pelo Banco no âmbito dos Contratos de Distribuição celebrados com diversas sociedades gestoras de ativos financeiros. Estes contratos prevêm o pagamento de comissões de gestão, de subscrição e resgate, de acordo com as condições específicas acordadas com cada entidade. Em 2015, esta rubrica inclui o montante de Euros 1.279.750 (31 de dezembro de 2014: Euros 1.185.921) relativo a comissões de gestão, dos quais Euros 50.089 (31 de dezembro de 2014: Euros 53.700) são relativos a comissões cobradas à Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

A rubrica Serviços e comissões recebidas - Por serviços bancários prestados, inclui o montante de Euros 477.729 (31 de dezembro de 2014: Euros 331.136) relativo a comissões de mediação de seguros.

A rubrica Serviços e comissões recebidas - Outras comissões inclui o montante de Euros 472.360 (31 de dezembro de 2014: Euros 227.113) relativo a comissões de rede cobradas ao Banco Comercial Português, S.A.

6. Resultados em operações de negociação

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 Euros	2014 Euros
<i>Lucros em operações de negociação</i>		
Operações cambiais	231 395	85 702
<i>Prejuízos em operações de negociação</i>		
Operações cambiais	132 755	9 363
Outras operações	1 823	4 329
	<u>134 578</u>	<u>13 692</u>
Resultados líquidos em operações de negociação	<u>96 817</u>	<u>72 010</u>

A rubrica Lucros/Prejuízos em operações de negociação - Operações cambiais respeita essencialmente às diferenças de reavaliação apuradas na posição cambial à vista de divisa.

7. Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 Euros	2014 Euros
<i>Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda</i>		
Rendimento fixo	42 939 417	5 837 286
<i>Prejuízos em operações com ativos financeiros disponíveis para venda</i>		
Rendimento fixo	-	(211 935)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	<u>42 939 417</u>	<u>5 625 351</u>

A rubrica Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda - Rendimento fixo - respeita, a mais-valias resultantes da alienação de Bilhetes do Tesouro e de Obrigações de Tesouro de dívida pública portuguesa ao Banco Comercial Português, S.A, acionista único da Sociedade.

ZF
CA
DPO

8. Outros proveitos / (custos) de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	Euros	Euros
<i>Proveitos</i>		
Prestação de serviços	14.441	37.367
Venda de cheques e outros	23.375	30.901
Outros proveitos de exploração	633	353
	<u>38.449</u>	<u>68.621</u>
<i>Custos</i>		
Impostos	5.859	9.492
Donativos e quotizações	37.967	71.730
Contribuição sobre o setor Bancário	-	3.185
Contribuição para o fundo de resolução	8.039	8.544
Outros custos de exploração	185.937	207.438
	<u>237.802</u>	<u>300.389</u>
	<u>(199.353)</u>	<u>(231.768)</u>

A rubrica Contribuição sobre o setor Bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (*Tier 1*) e dos fundos próprios complementares (*Tier 2*) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósito, e (ii) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados.

A rubrica Contribuição para o Fundo de Resolução corresponde a contribuições periódicas obrigatórias para o Fundo, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013. As contribuições periódicas são calculadas de acordo com uma taxa base a aplicar em cada ano, determinada pelo Banco de Portugal, por instrução, podendo ser ajustada em função do perfil de risco da instituição, sobre a base de incidência objetiva das referidas contribuições. As contribuições periódicas incidem sobre o passivo das instituições participantes do Fundo, definido nos termos do artigo 10º do referido Decreto-Lei, deduzido dos elementos do passivo que integram os fundos próprios de base e complementares e dos depósitos cobertos pelo Fundo de Garantia de Depósitos.

A rubrica Outros custos de exploração inclui, no exercício de 2015, o montante de Euros 21.607 (31 de dezembro de 2014: Euros 91.146) relativo às contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos. Esta rubrica inclui ainda no exercício de 2015 o montante de Euros 151.904 (31 de dezembro de 2014: Euros 80.226) relativo a custos com bolsas de estudo e estágios.

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	Euros	Euros
Remunerações	4.150.928	4.259.611
Encargos sociais obrigatórios		
Fundo de Pensões e outros benefícios		
Custo normal	57.489	19.220
Custo / (proveito) dos juros	13.531	22.590
Custo / (proveito) com programas de rescisões por mútuo acordo	(214.840)	(58.761)
	(143.820)	(16.951)
Outros encargos sociais obrigatórios	1.149.981	1.159.324
	1.006.161	1.142.373
Encargos sociais facultativos	248.140	314.234
Prémio de antiguidade	45.709	67.033
Outros custos	161	121.915
	<u>5.451.099</u>	<u>5.905.166</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram pagas pelo Banco remunerações a membros do Conselho de Administração, nem foram suportados custos com pensões e outros encargos. Não foram atribuídas aos membros do Conselho de Administração quaisquer importâncias a título de remuneração variável.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

O efetivo médio de trabalhadores ao serviço no Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2015	2014
Direcção	11	11
Enquadramento	33	36
Específicas / Técnicas	60	59
Outras funções	34	37
	<u>138</u>	<u>143</u>

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2015 Euros	2014 Euros
Água, energia e combustíveis	73.155	51.830
Material de consumo corrente	16.115	20.819
Rendas e alugueres	921.474	899.909
Comunicações	116.859	132.431
Deslocações, estadas e representações	73.240	87.536
Publicidade	1.955.920	1.333.810
Conservação e reparação	71.691	119.129
Estudos e consultas	103.975	69.983
Informática	75.637	34.874
Outsourcing e trabalho independente	3.073.475	2.882.688
Outros serviços especializados	609.040	690.950
Formação do pessoal	6.846	9.078
Seguros	32.475	25.276
Contencioso	1.257	622
Transportes	11.161	13.077
Outros fornecimentos e serviços	140.067	301.289
	<u>7.282.387</u>	<u>6.673.301</u>

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 880.004 (31 de dezembro de 2014: Euros 860.964), correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Banco na condição de locatário.

A rubrica Outros serviços especializados inclui os honorários faturados (excluindo IVA) pelo Revisor Oficial de Contas do Banco no âmbito das suas funções de revisão legal de contas, bem como outros serviços, como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Serviços de revisão legal	31.320	32.260
Outros serviços de garantia de fiabilidade	12.608	13.000
	<u>43.928</u>	<u>45.260</u>

O Banco possui diversos contratos de locação operacional de imóveis. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis, por maturidade, são os seguintes:

	2015			2014		
	Imóveis Euros	Viaturas Euros	Total Euros	Imóveis Euros	Viaturas Euros	Total Euros
Até 1 ano	830.226	4.023	834.249	647.813	8.024	655.837
1 ano até 5 anos	2.501.581	3.353	2.504.934	2.143.817	7.376	2.151.193
Mais de 5 anos	986.246	-	986.246	801.826	-	801.826
	<u>4.318.053</u>	<u>7.376</u>	<u>4.325.429</u>	<u>3.593.456</u>	<u>15.400</u>	<u>3.608.856</u>

Z
C/O
P/A

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

11. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por

	2015	2014
	Euros	Euros
<i>Ativos intangíveis:</i>		
<i>Software</i>	48.330	138.889
<i>Outros ativos tangíveis:</i>		
Imóveis	309.205	309.205
Equipamento		
Mobiliário	8.947	8.947
Máquinas	11.033	11.018
Equipamento informático	6.199	62.669
Instalações interiores	2.131	2.131
Viaturas	14.475	5.467
Equipamento de segurança	1.018	1.033
	<u>353.008</u>	<u>400.470</u>
	<u>401.338</u>	<u>539.359</u>

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	Euros	Euros
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do exercício	271.559	150.544
Reversão do exercício	-	(5.224)
Recuperações de crédito e de juros	(6.419)	(64.182)
	<u>265.140</u>	<u>81.138</u>

De acordo com a política contabilística apresentada na nota 1 a), o Banco aplica nas suas contas as NCA's, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do exercício, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística apresentada na nota 1 b).

13. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2015	2014
	Euros	Euros
Provisões para riscos gerais de crédito		
Dotação do exercício	50.851	15.952
Reversão do exercício	(123)	-
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do exercício	111.281	40.632
	<u>162.009</u>	<u>56.584</u>

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

14. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>2015</u> Euros	<u>2014</u> Euros
Caixa	170.100	138.965
	<u>170.100</u>	<u>138.965</u>

Em junho de 2008, o Banco de Portugal, através da sua carta DMR/2008/003728, autorizou o Banco Comercial Português, S.A. a constituir reservas mínimas de caixa para o Banco ActivoBank (Portugal), S.A., de acordo com o regime acima referido. Assim, conforme referido na nota 22, as reservas mínimas de caixa foram constituídas de forma indireta pelo Banco Comercial Português, S.A.

As reservas mínimas de caixa são calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efetivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as diretrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 1% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

15. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>2015</u> Euros	<u>2014</u> Euros
Em instituições de crédito no país	277.046.431	28.109.691
Em instituições de crédito no estrangeiro	151.211	67.690
Valores a cobrar	-	210
	<u>277.197.642</u>	<u>28.177.591</u>

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito - Em instituições de crédito no país, regista o saldo de contas de depósitos à ordem do Banco junto do Banco Comercial Português, S.A.

16. Aplicações em instituições de crédito

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	<u>2015</u> Euros	<u>2014</u> Euros
Até 3 meses	400.016.667	8.000.772

Esta rubrica refere-se integralmente a aplicações do Banco junto do Banco Comercial Português, S.A.

17. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>2015</u> Euros	<u>2014</u> Euros
Crédito com garantias reais	14.451.229	12.085.046
Crédito com outras garantias	4.988.304	3.996.873
Crédito sem garantias	594.855	442.883
	<u>20.034.388</u>	<u>16.524.802</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	22.824	37.693
Crédito vencido - mais de 90 dias	595.611	476.613
	<u>20.652.823</u>	<u>17.039.108</u>
Imparidade para riscos de crédito	(656.188)	(475.934)
	<u>19.996.635</u>	<u>16.563.174</u>


 CA
 AP

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

O crédito a clientes concedido pelo Banco diz respeito, na sua maioria, a operações de financiamento para aquisição de títulos ou unidades de participação em fundos de investimento que se encontram colateralizadas pelos respetivos ativos adquiridos

A análise do crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	2015	2014
	Euros	Euros
Crédito em conta corrente	3.317.417	4.508.310
Descobertos em depósitos à ordem	594.855	442.883
Empréstimos	16.122.116	11.573.609
	<u>20.034.388</u>	<u>16.524.802</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	22.824	37.693
Crédito vencido - mais de 90 dias	595.611	476.613
	<u>20.652.823</u>	<u>17.039.108</u>
Imparidade para riscos de crédito	(656.188)	(475.934)
	<u>19.996.635</u>	<u>16.563.174</u>

A análise do crédito a clientes, por prazos de maturidade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é a seguinte:

	2015	2014
	Euros	Euros
Até 3 meses	9.097.017	8.979.994
3 meses a 1 ano	1.201.412	231.287
1 a 5 anos	5.853.379	5.168.164
Mais de 5 anos	3.882.580	2.145.357
Indeterminado	618.435	514.306
	<u>20.652.823</u>	<u>17.039.108</u>

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2015	2014
	Euros	Euros
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de janeiro	475.934	501.466
Dotação do exercício	271.559	150.544
Reversão do exercício	-	(5.224)
Utilização de imparidade	(91.305)	(170.852)
Saldo em 31 de dezembro	<u>656.188</u>	<u>475.934</u>

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objetivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

De acordo com a política contabilística apresentada na nota 1 a), o Banco aplica nas suas demonstrações financeiras as NCA's, pelo que a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística apresentada na nota 1 b).

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 b), a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas fiáveis de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. A referida anulação é realizada pela utilização de perdas por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

18. Ativos financeiros disponíveis para venda

A rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda é analisada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos nacionais		
OT 3 85% 05/15 04 2021	633 850	245 024 336
OT 4,35 PCT 07/16 10 2017	-	214 887 409
OT 4,8 PCT 10/15 06 2020	18 683 114	35 855 971
	<u>19 316 964</u>	<u>495 767 716</u>
Ações e outros títulos de rendimento variável		
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	374 298	374 298
SIBS, S.G.P.S, S.A.	911 404	911 404
	<u>1 285 702</u>	<u>1 285 702</u>
Imparidade	(29 419)	(29 419)
	<u>1 256 283</u>	<u>1 256 283</u>
	<u>20 573 247</u>	<u>497 023 999</u>

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 32.

Conforme referido na nota 7, no decurso do exercício de 2015 foram alienados um conjunto de Obrigações de Tesouro de dívida pública portuguesa ao Banco Comercial Português, S.A, acionista único da Sociedade, tendo gerado uma mais-valia no montante de Euros 42.939.417 (31 de dezembro de 2014: mais-valia de Euros 5.837.286).

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, com referência a 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

	2015				
	Custo amortizado Euros	Imparidade Euros	Custo amortizado líquido de imparidade Euros	Reserva justo valor Euros	Total Euros
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	18 832 811	-	18 832 811	484 153	19 316 964
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Ações de empresas					
Nacionais	1 285 702	(29 419)	1 256 283	-	1 256 283
	<u>20 118 513</u>	<u>(29 419)</u>	<u>20 089 094</u>	<u>484 153</u>	<u>20 573 247</u>

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, com referência a 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	2014				
	Custo amortizado Euros	Imparidade Euros	Custo amortizado líquido de imparidade Euros	Reserva justo valor Euros	Total Euros
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	478 385 560	-	478 385 560	17 382 156	495 767 716
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Ações de empresas					
Nacionais	1 285 702	(29 419)	1 256 283	-	1 256 283
	<u>479 671 262</u>	<u>(29 419)</u>	<u>479 641 843</u>	<u>17 382 156</u>	<u>497 023 999</u>

25
CA
CP

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

A análise de carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

	Inferior a três meses Euros	Entre três meses e um ano Euros	Entre um e cinco anos Euros	Superior a cinco anos Euros	Indeterminado Euros	Total Euros
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	-	-	18 683.114	633.850	-	19.316.964
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Ações de empresas						
Nacionais	-	-	-	-	1.285.702	1.285.702
Imparidade					(29.419)	(29.419)
	-	-	18 683.114	633.850	1.256.283	20.573.247

A análise de carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	Inferior a três meses Euros	Entre três meses e um ano Euros	Entre um e cinco anos Euros	Superior a cinco anos Euros	Indeterminado Euros	Total Euros
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	-	-	214.887.409	280.880.307	-	495.767.716
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Ações de empresas						
Nacionais	-	-	-	-	1.285.702	1.285.702
Imparidade					(29.419)	(29.419)
	-	-	214.887.409	280.880.307	1.256.283	497.023.999

Conforme descrito na política contábilística 1 c), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respetivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 29. A reserva de justo valor tem o montante positivo de Euros 484.153 (31 de dezembro de 2014: montante positivo de Euros 17.382.156).



Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

19. Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015	2014
	Euros	Euros
Imóveis	3 092 049	3 092 049
Equipamento		
Mobiliário	126 370	126 370
Máquinas	86 165	86 165
Equipamento informático	468 768	468 768
Instalações interiores	23 800	23 800
Viaturas	75 792	38 800
Equipamento de segurança	10 238	10 238
	<u>3 883 182</u>	<u>3 846 190</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(353 008)	(400 470)
Relativas a exercícios anteriores	(1 659 178)	(1 258 708)
	<u>(2 012 186)</u>	<u>(1 659 178)</u>
	<u>1 870 996</u>	<u>2 187 012</u>

Os movimentos da rubrica de Outros ativos tangíveis durante o ano de 2015 são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 dezembro
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
<i>Custo:</i>					
Imóveis	3 092 049	-	-	-	3 092 049
Equipamento					
Mobiliário	126 370	-	-	-	126 370
Máquinas	86 165	-	-	-	86 165
Equipamento informático	468 768	-	-	-	468 768
Instalações interiores	23 800	-	-	-	23 800
Viaturas	38 800	36 992	-	-	75 792
Equipamento de segurança	10 238	-	-	-	10 238
	<u>3 846 190</u>	<u>36 992</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 883 182</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
Imóveis	1 051 106	309 205	-	-	1 360 311
Equipamento					
Mobiliário	90 140	8 947	-	-	99 087
Máquinas	40 975	11 033	-	-	52 008
Equipamento informático	461 148	6 199	-	-	467 347
Instalações interiores	6 217	2 131	-	-	8 348
Viaturas	5 467	14 475	-	-	19 942
Equipamento de segurança	4 125	1 018	-	-	5 143
	<u>1 659 178</u>	<u>353 008</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 012 186</u>

20. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015	2014
	Euros	Euros
Software	446 530	402 044
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(48 330)	(138 889)
Relativas a exercícios anteriores	(305 691)	(198 790)
	<u>(354 021)</u>	<u>(337 679)</u>
	<u>92 509</u>	<u>64 365</u>


 JF
 GA
 JSD

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

Os movimentos da rubrica de Ativos intangíveis, durante o ano de 2015, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros	Aquisições / Dotações Euros	Alienações / Abates Euros	Transferências Euros	Saldo em 31 dezembro Euros
<i>Custo:</i>					
Software	402.044	76.474	(31.988)	-	446.530
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
Software	337.679	48.330	(31.988)	-	354.021

21. Imposto sobre o rendimento

Os ativos e passivos por impostos diferidos são analisados como segue:

	2015			2014		
	Ativo Euros	Passivo Euros	Líquido Euros	Ativo Euros	Passivo Euros	Líquido Euros
Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura (a)						
Imparidade do crédito	4.939	-	4.939	-	-	-
Benefícios a empregados	235.305	-	235.305	251.720	-	251.720
	<u>240.244</u>	<u>-</u>	<u>240.244</u>	<u>251.720</u>	<u>-</u>	<u>251.720</u>
Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura						
Perdas por imparidade	74.678	-	74.678	61.742	-	61.742
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	123.459	(123.459)	-	4.432.450	(4.432.450)
Prejuízos fiscais	-	-	-	3.640.790	-	3.640.790
Outros	15.809	-	15.809	-	38.815	(38.815)
	<u>90.487</u>	<u>123.459</u>	<u>(32.972)</u>	<u>3.702.532</u>	<u>4.471.265</u>	<u>(768.733)</u>
Total dos impostos diferidos	330.731	123.459	207.272	3.954.252	4.471.265	(517.013)
Compensação entre impostos diferidos ativos e passivos	(123.459)	(123.459)	-	(3.954.252)	(3.954.252)	-
Impostos diferidos líquidos	207.272	-	207.272	-	517.013	(517.013)

(a) Impostos diferidos associados a gastos e a variações patrimoniais negativas abrangidos pelo regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

Na sequência da Lei n.º 61/2014 sobre o Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos ('Regime'), o Banco deliberou em Assembleia Geral de 15 de outubro de 2014 a adesão a este regime.

O Regime é aplicável aos ativos por impostos diferidos que resultem da não dedutibilidade de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas por imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, contabilizados nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015, bem como aos ativos por impostos diferidos que se encontrem registados nas contas anuais relativas ao último período de tributação anterior àquela data e à parte dos gastos e variações patrimoniais negativas que lhe estejam associados.

Os referidos ativos por impostos diferidos são convertidos em créditos tributários quando o sujeito passivo:

- (i) Registe um resultado líquido negativo do período nas suas contas individuais anuais;
- (ii) Entre em liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada por sentença judicial ou, quando aplicável, revogação da respetiva autorização por autoridade de supervisão competente.

De acordo com o Regime, nos casos em que tenha sido registado um resultado líquido negativo do exercício, o montante dos ativos por impostos diferidos a converter em crédito tributário é o correspondente à proporção entre o resultado líquido negativo do período e o total dos capitais próprios. O crédito tributário pode ser utilizado na compensação de dívidas fiscais, abrangendo as relativas a impostos estaduais sobre o rendimento e o património que constituam seu encargo e cujo facto gerador não ocorra posteriormente à data daquela conversão.

O montante do crédito tributário que não seja compensado com dívidas tributárias é reembolsado ao sujeito passivo. Nos casos em que a conversão em crédito tributário opere por efeito do registo de um resultado líquido negativo do período, o sujeito passivo constituirá uma reserva especial, a qual implica a constituição simultânea de direitos de conversão atribuídos ao Estado.

F
JRP
SAD

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

Descrição	2015	2014
	%	%
Taxa de IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	3,0%	3,0%
Total (b)	25,5%	25,5%

(a) - Aplicada aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

(b) - Aplicada aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

Em 2014, a redução da taxa de IRC originou um gasto por impostos diferidos no montante de Euros 298 874.

A rubrica Benefícios a empregados inclui o montante de Euros 56 394 (31 de dezembro de 2014: Euros 65 793) relativo a impostos diferidos associados aos desvios atuariais reconhecidos por contrapartida de reservas, em resultado da alteração da política contabilística.

A variação patrimonial negativa decorrente da alteração da política contabilística referida é dedutível para efeitos fiscais, em partes iguais, nos 10 anos iniciados em 1 de janeiro de 2012.

Os impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

Ano de caducidade	2015	2014
	Euros	Euros
2015	-	492 009
2017	-	2 027 424
2018	-	1 121 357
	-	3 640 790

O Banco reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros. O montante dos impostos diferidos não reconhecidos é analisado como segue:

Prejuízos fiscais	2015	2014
	Euros	Euros
	-	803 808

O impacto do imposto sobre o rendimento nos resultados e em outras rubricas da situação líquida do Banco é analisado como segue:

	2015		2014	
	Resultado do exercício	Reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Reservas e resultados transitados
	Euros	Euros	Euros	Euros
Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura (a)				
Imparidade do crédito	4 939	-	-	-
Benefícios a empregados	(7 038)	(9 377)	(17 567)	(7 360)
	(2 099)	(9 377)	(17 567)	(7 360)
Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura				
Perdas por imparidade	12 936	-	(456)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	4 308 991	-	(3 378 782)
Prejuízos fiscais reportáveis	(3 640 790)	-	(371 250)	-
Outros	54 624	-	68 930	-
	(3 573 230)	4 308 991	(302 776)	(3 378 782)
	(3 575 329)	4 299 614	(320 343)	(3 386 142)
Impostos correntes				
Exercício atual	(7 904 610)	191 671	(827 787)	252 738
Correções de exercícios anteriores	27 861	(906)	(9 908)	-
	(7 876 749)	190 765	(837 695)	252 738
Total dos impostos sobre o rendimento	(11 452 078)	4 490 379	(1 158 038)	(3 133 404)

(a) Impostos diferidos associados a gastos e a variações patrimoniais negativas abrangidos pelo regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto).

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2015	2014
	Euros	Euros
Resultado antes de impostos	44.715.050	6.196.461
Taxa de imposto corrente	25,5%	27,5%
Imposto esperado	(11.402.338)	(1.704.027)
Acréscimos para efeitos de apuramento do lucro tributável (i)	(19.240)	(18.372)
Deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável	13.799	10.834
Benefícios fiscais não reconhecidos em resultados	-	4.537
Efeito das diferenças de taxa de imposto e de imposto diferido não reconhecido anteriormente	(41.880)	588.664
Correções de exercícios anteriores	26.372	(13.055)
(Tributação autónoma) / Créditos fiscais	(28.791)	(26.619)
	(11.452.078)	(1.158.038)
Taxa efetiva	25,6%	18,7%

(i) - Corresponde essencialmente ao imposto associado ao acréscimo de provisões não aceites para efeitos fiscais

22. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015	2014
	Euros	Euros
Devedores	6.109.302	4.793.303
Outras imobilizações financeiras	7.500	7.500
Outros impostos a recuperar	79.065	79.065
Associadas	331.802	22.373
Outros proveitos a receber	3.853.712	1.994.052
Despesas antecipadas	68.464	111.862
Valores a debitar a clientes	11.805	-
Contas diversas	80.274	170.122
	10.541.924	7.178.277

No âmbito da carta DMR/2008/00378 emitida pelo Banco de Portugal e conforme referido na nota 14, a rubrica Devedores inclui o montante de Euros 6.109.300 (31 de dezembro de 2014: Euros 4.790.900) relativo à constituição indireta de reservas mínimas de caixa pelo Banco Comercial Português, S.A.

A rubrica Outros proveitos a receber inclui a periodificação das comissões de gestão no âmbito dos contratos de distribuição celebrados com diversas sociedades gestoras de ativos financeiros, assim como comissões de rede cobradas a empresas do Grupo e outras instituições seguradoras.

A rubrica Contas diversas inclui, em 31 de dezembro de 2015, o montante de Euros 75.390 euros (31 de dezembro de 2014: Euros 142.300) relativo ao ativo associado a responsabilidades relativas a benefícios pós-emprego, conforme descrito na nota 33.

23. Depósitos de instituições de crédito

Esta rubrica regista depósitos recebidos do Banco Comercial Português, S.A., com um período remanescente das operações até 3 meses.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

24. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015			2014		
	Não remunerados Euros	Remunerados Euros	Total Euros	Não remunerados Euros	Remunerados Euros	Total Euros
Depósitos de clientes						
Depósitos à ordem	181.300.912	-	181.300.912	133.067.498	-	133.067.498
Depósitos a prazo	-	431.317.964	431.317.964	-	343.898.539	343.898.539
Depósitos de poupança	-	50.057.667	50.057.667	-	40.781.129	40.781.129
Outros	53.231	-	53.231	192.215	-	192.215
	<u>181.354.143</u>	<u>481.375.631</u>	<u>662.729.774</u>	<u>133.259.713</u>	<u>384.679.668</u>	<u>517.939.381</u>

Nos termos da lei, o Fundo de Garantia de Depósitos, tem por finalidade garantir o reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2015 Euros	2014 Euros
<i>Depósitos à ordem</i>	<u>181.300.912</u>	<u>133.067.498</u>
<i>Depósitos a prazo e de poupança:</i>		
Até 3 meses	218.577.664	162.481.644
3 meses até 6 meses	138.621.703	98.900.587
6 meses até 1 ano	111.716.460	111.174.101
1 ano até 5 anos	12.459.804	12.123.336
	<u>481.375.631</u>	<u>384.679.668</u>
<i>Outros:</i>		
Até 3 meses	53.231	192.215
	<u>53.231</u>	<u>192.215</u>
	<u>662.729.774</u>	<u>517.939.381</u>

25. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Provisão para riscos gerais de crédito	290.577	239.849
Outras provisões para riscos e encargos	220.417	109.136
	<u>510.994</u>	<u>348.985</u>

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

Os movimentos da Provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
<i>Provisão genérica para crédito direto</i>		
Saldo em 1 de janeiro	238 984	223 169
Dotação do exercício	50 851	15 815
Saldo em 31 de dezembro	<u>289 835</u>	<u>238 984</u>
<i>Provisão genérica para crédito por assinatura</i>		
Saldo em 1 de janeiro	865	728
Dotação do exercício	-	137
Reversão do exercício	(123)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>742</u>	<u>865</u>
	<u>290 577</u>	<u>239 849</u>

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos n.º 3/95, n.º 2/99 e n.º 8/03 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística 1 b).

Os movimentos das Outras provisões para risco e encargos são analisados como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Saldo em 1 de janeiro	109.136	68.504
Dotação do exercício	111.281	40.632
Saldo em 31 de dezembro	<u>220.417</u>	<u>109.136</u>

26. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
<i>Credores:</i>		
Fornecedores	234.548	293.160
Outros credores	1.209.768	1.132.885
Setor Público Administrativo	447.375	558.462
Juros e outros custos a pagar	430.609	321.246
Receitas antecipadas	393.123	393.291
Férias e subsídios de férias a pagar	612.416	649.642
Contas diversas	76.051	148.937
	<u>3.403.890</u>	<u>3.497.623</u>

A rubrica Credores - Outros credores inclui o montante de Euros 673.906 (31 de dezembro de 2014: Euros 703.796) relativo a prémios de antiguidade conforme descrito na nota 33.

27. Capital

No âmbito do projeto de cisão-fusão ocorrido em 2001 mencionado na nota 1 a), o Banco procedeu a uma redução de capital de 90.000.000 Euros para 17.500.000 Euros, mediante a extinção de 14.500.000 ações com o valor unitário de 5 Euros cada. Ainda no âmbito da cisão-fusão foi efetuada a alteração do valor nominal das ações do Banco, passando o capital a estar representado por 17.500.000 ações de valor nominal de 1 Euro.

À data de 31 de julho de 2002 a BCP Investment, B.V., adquiriu as 17.500.000 ações representativas de 100% do capital social do Banco ActivoBank (Portugal), S.A.

Durante o exercício de 2002 o Banco procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 6.000.000, pela emissão de seis milhões de novas ações com o valor nominal de Euro 1 cada. Este aumento de capital foi inteiramente subscrito pela BCP Investment, B.V. que detém a totalidade do capital.

Durante o exercício de 2011 o Banco procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 17.500.000, pela emissão de dezassete milhões e quinhentas mil novas ações com o valor nominal de Euro 1 cada. Este aumento de capital foi inteiramente subscrito pela BCP Investment, B.V. que detém a totalidade do capital.

Após esta operação, o capital do Banco passou a ser de Euros 41.000.000 representado por 41.000.000 ações de 1 Euro cada. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Concretizou-se em maio de 2014 uma redução de capital do Banco, de Euros 41.000.000 para Euros 17.500.000, para cobertura de resultados transitados negativos e outras reservas. Após esta operação, o capital do Banco passou a ser representado por 17.500.000 ações de 1 Euro cada. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

28. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída.

29. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Reservas de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas potenciais reconhecidos nas reservas de justo valor	484.153	17.382.156
Impostos diferidos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas potenciais reconhecidos nas reservas de justo valor	(123.459)	(4.432.450)
Reservas de justo valor líquidas de impostos	<u>360.694</u>	<u>12.949.706</u>
Perdas atuariais		
Valor bruto	(3.160.122)	(2.499.392)
Imposto	424.589	243.201
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	-	(6.362)
Outras reservas e resultados acumulados	<u>8.406.153</u>	<u>3.374.092</u>
Reservas e resultados acumulados	<u><u>5.670.620</u></u>	<u><u>1.111.539</u></u>

As Reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos Ativos financeiros disponíveis para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c).

Durante o exercício de 2014, foi deliberado a redução do capital social no montante de Euros 23.500.000 e a utilização das reservas legais e outras reservas no montante de Euros 19.670, para cobertura de resultados e reservas negativas no montante de Euros 20.125.908 e constituição de reserva especial no montante de Euros 3.374.092.

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 28.

A movimentação das reservas de justo valor em Ativos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2015 é apresentada como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros	Reavaliação Euros	Alienação Euros	Saldo em 31 dezembro Euros
Bilhetes Tesouro 15/18.03.16.89	-	31.759	(31.759)	-
Bilhetes Tesouro 14/18.09.15.86	-	3.602	(3.602)	-
OT 4,35 PCT 07/16.10.2017	8.446.307	311.540	(8.757.847)	-
OT 4,8 PCT 10/15.06.2020	6.531.621	1.474.931	(7.541.740)	464.812
OT 3,85% 05/15.04.2021	2.404.228	22.115.900	(24.500.787)	19.341
OT 2,875 PCT 15/15.10.2025	-	2.103.682	(2.103.682)	-
	<u>17.382.156</u>	<u>26.041.414</u>	<u>(42.939.417)</u>	<u>484.153</u>

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

A movimentação das reservas de justo valor em Ativos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2014 é apresentada como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros	Reavaliação Euros	Alienação Euros	Saldo em 31 dezembro Euros
Bilhetes Tesouro 14/23.01.15.79	-	(2)	2	-
Bilhetes Tesouro 14/19.06.15.83	-	(89.899)	89.899	-
OT 3,6% 09/14	37.517	(37.517)	-	-
OT 4,20% 06/15.10.2016	1.785.991	4.051.295	(5.837.286)	-
OT 4,35 PCT 07/16.10.2017	1.443.711	7.002.596	-	8.446.307
OT 4,8 PCT 10/15.06.2020	467.731	6.063.890	-	6.531.621
OT 3,85% 05/15.04.2021	-	2.404.228	-	2.404.228
OT 6,4% 11/16	96.569	(218.603)	122.034	-
	<u>3.831.519</u>	<u>19.175.988</u>	<u>(5.625.351)</u>	<u>17.382.156</u>

30. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Garantias e avales prestados	371.192.919	373.910.667
Garantias e avales recebidos	2.650.528	2.118.441
Compromissos perante terceiros	29.122.955	25.459.645
Compromissos assumidos por terceiros	10.372.107	11.093.043
Valores recebidos em depósito	254.256.507	259.793.002
Valores depositados na Central de Valores	266.997.252	741.043.259
Outras contas extrapatrimoniais	4.678.829	4.092.566

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	371.191.633	135.777.769
Fianças e indemnizações	1.286	238.132.898
	<u>371.192.919</u>	<u>373.910.667</u>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Outros compromissos irrevogáveis	1.063.853	1.089.364
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	28.049.596	24.328.987
Facilidades em descobertos de conta	9.506	41.294
	<u>29.122.955</u>	<u>25.459.645</u>

As garantias e avales prestados podem estar relacionadas com operações de crédito, em que o Banco presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

Adicionalmente, a rubrica Garantias e avales prestados - Garantias e avales inclui a 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o montante de Euros 257.749.247 relativo a três garantias bancárias emitidas pelo Banco, em nome do Banco Comercial Português, S.A., no âmbito de três processos fiscais relativos ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas dos exercícios de 2007, 2006 e 2005.

Os Compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística I b).

A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito não se preveem quaisquer perdas materiais nas mesmas.

31. Factos relevantes ocorridos durante o exercício de 2015

Processo de avaliação de cenários para o ActivoBank

Em 24 de fevereiro de 2015, o Banco Comercial Português, S.A. informou que se encontra em processo de avaliação de vários cenários estratégicos que promovam a valorização do ActivoBank.

No entanto, no decurso de outubro de 2015, o Banco Comercial Português, S.A. optou por suspender a venda do ActivoBank e adiar a operação para o início de 2016.

32. Justo Valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* do Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo, a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Banco.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais e Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em Instituições de Crédito e Depósitos de Instituições de Crédito

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflete as atuais condições praticadas pelo Banco em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período). Em 31 de dezembro de 2015, a taxa média de desconto foi de 0,04% para as aplicações (31 de dezembro de 2014: 0,27%).

Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado ("*Bid-price*"), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos, como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos *standard* (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Banco para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* atual do Banco. Este foi calculado através da média da produção dos três meses mais recentes. A taxa média de desconto foi de 9,93% em dezembro de 2015 e de 10,10% em dezembro de 2014. Os cálculos efetuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Banco para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* atual do Banco. Este foi calculado através da média da produção dos três meses mais recentes. A taxa média de desconto foi de 0,76% em dezembro de 2015 e de 1,01% em dezembro de 2014.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de dezembro de 2015, a tabela com as taxas de juro utilizadas no apuramento das curvas de taxa de juro das principais moedas, nomeadamente EUR, USD, GBP e PLN utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco:

	Moedas			
	EUR	USD	GBP	PLN
1 dia	-0,30%	0,55%	0,47%	1,50%
7 dias	-0,30%	0,56%	0,48%	1,50%
1 mês	-0,23%	0,63%	0,54%	1,55%
2 meses	-0,20%	0,67%	0,62%	1,59%
3 meses	-0,17%	0,75%	0,70%	1,62%
6 meses	-0,10%	0,94%	0,83%	1,67%
9 meses	-0,04%	1,12%	0,96%	1,68%
1 ano	-0,06%	0,85%	1,10%	1,58%
2 anos	-0,03%	1,15%	1,09%	1,65%
3 anos	0,06%	1,38%	1,30%	1,74%
5 anos	0,33%	1,70%	1,58%	1,99%
7 anos	0,62%	1,93%	1,79%	2,21%
10 anos	1,00%	2,17%	2,00%	2,43%
15 anos	1,40%	2,40%	2,17%	2,71%
20 anos	1,57%	2,51%	2,20%	2,73%
30 anos	1,61%	2,60%	2,16%	2,73%

O quadro seguinte resume, com referência a 31 de dezembro de 2015, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores:

	2015			
	Ao justo valor através de reservas	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros	Euros	Euros	Euros
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	170.100	170.100	170.100
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	277.197.642	277.197.642	277.197.642
Aplicações em instituições de crédito	-	400.016.667	400.016.667	400.445.398
Crédito a clientes	-	19.996.635	19.996.635	20.173.031
Ativos financeiros disponíveis para venda	20.573.247	-	20.573.247	20.573.247
	<u>20.573.247</u>	<u>697.381.044</u>	<u>717.954.291</u>	<u>718.559.418</u>
Depósitos de instituições de crédito	-	2.049	2.049	2.049
Depósitos de clientes	-	662.729.774	662.729.774	663.748.603
	<u>-</u>	<u>662.731.823</u>	<u>662.731.823</u>	<u>663.750.652</u>

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

O quadro seguinte resume, com referência a 31 de dezembro de 2014, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores:

	2014			
	Ao justo valor através de reservas	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros	Euros	Euros	Euros
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	138 965	138 965	138 965
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	28 177 591	28 177 591	28 177 591
Aplicações em instituições de crédito	-	8 000 772	8 000 772	7 998 851
Crédito a clientes	-	16 563.174	16 563.174	16 803.119
Ativos financeiros disponíveis para venda	497 023 999	-	497 023 999	497 023 999
	<u>497 023 999</u>	<u>52 880 502</u>	<u>549 904 501</u>	<u>550 142 525</u>
Depósitos de instituições de crédito	-	1	1	1
Depósitos de clientes	-	517 939 381	517 939 381	519 905 318
	<u>-</u>	<u>517 939 382</u>	<u>517 939 382</u>	<u>519 905 319</u>

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2015:

	2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Total
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	170.100	-	-	-	170.100
Disponibilidades em outras instituições de crédito	277.197.642	-	-	-	277.197.642
Aplicações em instituições de crédito	-	-	400.445.398	-	400.445.398
Crédito a clientes	-	-	20.173.031	-	20.173.031
Ativos financeiros disponíveis para venda	19.316.964	-	-	1.256.283	20.573.247
	<u>296.684.706</u>	<u>-</u>	<u>420.618.429</u>	<u>1.256.283</u>	<u>718.559.418</u>
Depósitos de instituições de crédito	-	-	2.049	-	2.049
Depósitos de clientes	-	-	663.748.603	-	663.748.603
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>663.750.652</u>	<u>-</u>	<u>663.750.652</u>

As ações e outros títulos de rendimento variável encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição uma vez que não é possível determinar o justo valor de forma fiável dado que estes ativos não são transacionáveis.

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2014:

	2014				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Total
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	138.965	-	-	-	138.965
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28.177.591	-	-	-	28.177.591
Aplicações em instituições de crédito	-	-	7.998.851	-	7.998.851
Crédito a clientes	-	-	16.803.119	-	16.803.119
Ativos financeiros disponíveis para venda	495.767.716	-	-	1.256.283	497.023.999
	<u>524.084.272</u>	<u>-</u>	<u>24.801.970</u>	<u>1.256.283</u>	<u>550.142.525</u>
Depósitos de instituições de crédito	-	-	1	-	1
Depósitos de clientes	-	-	519.905.318	-	519.905.318
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>519.905.319</u>	<u>-</u>	<u>519.905.319</u>

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflete o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transações em mercados ativos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado ativo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe.

- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, *spreads*, etc.) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro.

- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado ativo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;
- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação;
- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

33. Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

O Banco assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades, conforme referido na política contabilística 1 p).

O número de participantes do Fundo de Pensões do Banco Comercial Português abrangidos pelo plano de pensões de reforma e outros benefícios é o seguinte:

	2015	2014
<i>Número de participantes</i>		
Ex-Participantes Direitos Adquiridos	5	5
Pessoal no ativo	132	137
	<u>137</u>	<u>142</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 p), as responsabilidades do Banco por pensões de reforma e respetivas coberturas, calculadas com base no método de crédito das unidades projetadas, são analisadas como segue:

	2015	2014
	Euros	Euros
<i>Responsabilidades por benefícios projetadas</i>		
Ex-Participantes Direitos Adquiridos	97.220	94.730
Pessoal no ativo	11.523.631	11.271.342
	11.620.851	11.366.072
Valor do Fundo	(11.696.241)	(11.508.372)
(Ativos) / Passivos líquidos em balanço	<u>(75.390)</u>	<u>(142.300)</u>
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	6.087.544	5.426.814

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

A evolução das responsabilidades por benefícios projetados é analisada conforme segue:

	2015		2014	
	Responsabilidades benefícios pós- emprego Euros	Extra-Fundo Euros	Total Euros	Total Euros
Saldo a 1 de janeiro	11.323.202	42.870	11.366.072	8.941.138
Custo normal	54.870	2.619	57.489	19.220
Custo dos juros	283.080	1.066	284.146	354.830
(Ganhos) e perdas atuariais				
Não decorrentes de alteração de pressupostos	63.187	(88)	63.099	(300.732)
Resultantes de alterações de pressupostos	-	-	-	2.965.155
Transferência Responsabilidades Fundo (Subsídio Morte)	45.413	(45.413)	-	-
Programas de rescisões por mútuo acordo	(213.786)	(1.054)	(214.840)	(58.761)
Contribuições dos Colaboradores	107.031	-	107.031	110.461
Transferência para outros planos	(42.146)	-	(42.146)	(665.239)
Valores no final do exercício	<u>11.620.851</u>	<u>-</u>	<u>11.620.851</u>	<u>11.366.072</u>

O valor das responsabilidades com Benefícios de Saúde estão integralmente cobertas pelo Fundo de Pensões e correspondem, em 31 de dezembro de 2015, a Euros 953.390 (31 de dezembro de 2014: Euros 769.327).

A evolução do valor dos ativos do Fundo é analisado como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Saldo a 1 de janeiro	11.508.372	8.965.879
Rendimento projetado dos ativos	270.615	332.240
Ganhos e (perdas) atuariais	(597.631)	165.031
Contribuições para o Fundo	450.000	2.600.000
Contribuições de colaboradores	107.031	110.461
Transferências para outros planos	(42.146)	(665.239)
Saldo fim do exercício	<u>11.696.241</u>	<u>11.508.372</u>

Os elementos que compõem o valor do ativo do Fundo de Pensões são analisados como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Ações	2.417.780	2.774.694
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	4.876.398	3.376.471
Unidades de participação em fundos mobiliários	458.238	707.292
Unidades de participação em fundos imobiliários	889.557	1.021.179
Imóveis	1.119.345	1.123.787
Aplicações em Bancos e outros	1.934.923	2.504.949
	<u>11.696.241</u>	<u>11.508.372</u>

A rubrica Imóveis inclui os imóveis registrados nas demonstrações financeiras do Fundo e utilizados por empresas do Grupo que, em 31 de dezembro de 2015, ascendem a Euros 1.116.818 (31 de dezembro de 2014: Euros 1.121.250).

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

O Fundo de pensões inclui ativos emitidos por empresas do Grupo BCP que são analisados como segue:

	2015	2014
	Euros	Euros
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	481.534	483.417
Aplicações em Bancos e outros	1.943.226	2.417.369
	<u>2.424.760</u>	<u>2.900.786</u>

A evolução dos (ativos)/responsabilidades líquidas em balanço é analisada como segue:

	2015	2014
	Euros	Euros
Valores em 1 de janeiro	(142.300)	(24.741)
Reconhecidos na Demonstração de resultados:		
Custo normal	57.489	19.220
Custo / (proveito) dos juros	13.531	22.590
Programas de rescisões por mútuo acordo	(214.840)	(58.761)
Reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral (Ganhos) e perdas atuariais		
Não decorrentes de alterações de pressupostos		
Rendimento do Fundo	597.631	(165.031)
Desvio entre responsabilidades esperadas e efetivas	63.099	(300.732)
Resultantes de alterações de pressupostos	-	2.965.155
Contribuições para o Fundo	(450.000)	(2.600.000)
Valores no final do exercício	<u>(75.390)</u>	<u>(142.300)</u>

Em 31 de dezembro de 2015, foram efectuadas pelo Banco contribuições em dinheiro para o Fundono montante de Euros 450.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 2.600.000).

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de dezembro de 2015, o Banco contabilizou como proveito com benefícios pós-emprego, o montante de Euros 143.820 (31 de dezembro de 2014: proveito de Euros 16.951) cuja análise é apresentada como se segue:

	2015	2014
	Euros	Euros
Custo dos serviços correntes	57.489	19.220
Custo / (proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	13.531	22.590
Custo / (proveito) com programas de rescisões por mútuo acordo	(214.840)	(58.761)
Custo do exercício	<u>(143.820)</u>	<u>(16.951)</u>

De acordo com o referido na política contabilística e na sequência da alteração da IAS 19 - Benefícios dos empregados, os custos/proveitos dos juros passaram a ser reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) e similares.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspetivas de evolução da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, o Banco utilizou os seguintes pressupostos atuariais para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma:

	Fundo Banco Comercial Português	
	2015	2014
Taxa de crescimento salarial	0,75% até 2017 1,00% após 2017	0,75% até 2017 1,00% após 2017
Taxa de crescimento das pensões	0,00% até 2017 0,50% após 2017	0,00% até 2017 0,50% após 2017
Taxa de rendimento do Fundo	2,50%	2,50%
Taxa de desconto	2,50%	2,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV 73/77 - 2 anos	TV 73/77 - 2 anos
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 3 anos
Taxa de invalidez	0,00%	0,00%
Taxa de <i>turnover</i>	0,00%	0,00%
Taxa dos custos com benefícios de saúde	6,50%	6,50%

As tábuas de mortalidade consideram uma idade inferior à idade efetiva dos beneficiários, em menos dois anos para os homens e em menos três anos para as mulheres, que se traduz numa esperança média de vida superior.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor atuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

A determinação da taxa de desconto teve em consideração: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) *duration* das responsabilidades do plano de benefícios.

O Banco face (i) aos desvios positivos verificados no último exercício e (ii) à atual tendência de evolução dos salários e à situação económica a esta data, determinou uma taxa de crescimento dos salários progressiva de 0,75% até 2017 e 1,00% a partir de 2017 e uma taxa de crescimento das pensões de 0,00% até 2017 e de 0,50% a partir de 2017.

De acordo com as exigências da IAS 19, de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciam em 1 de janeiro de 2013, a taxa de rendimento do fundo considerada no cálculo do valor atual das responsabilidades, corresponde à taxa de desconto.

No entanto, apresenta-se abaixo a estimativa de rendimento esperado para 2016 com base na carteira de 31 de dezembro de 2015:

Classe de Ativos	2015	
	% da Carteira	Rendimento Esperado
Ações	20,67%	8,90%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	41,69%	1,38%
Unidades de participação em fundos mobiliários	3,92%	2,91%
Unidades de participação em fundos imobiliários	7,61%	0,06%
Imóveis	9,57%	6,58%
Aplicações em Bancos e outros	16,54%	1,06%
Rendimento total esperado		3,34%

As perdas atuariais líquidas do exercício no montante de Euros 660.730 (31 de dezembro de 2014: perdas atuariais de Euros 2.499.392) são relativas à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efetivamente verificados e são analisados conforme segue:

	(Ganhos)/Perdas atuariais			
	2015		2014	
	%	Euros	%	Euros
Desvios entre as responsabilidades esperadas e efetivas:				
Taxa de crescimento dos salários	0,00%	-	1,55%	48.386
Desvios de mortalidade	0,00%	-	0,27%	24.141
Outros	0,00%	63.099	-4,17%	(373.259)
Alterações de pressupostos:				
Taxa de desconto	0,00%	-	2,50%	4.772.001
Taxa de crescimento dos salários	-	-	-	(1.696.243)
Taxa de crescimento das pensões	-	-	-	(359.894)
Tábua de mortalidade	-	-	-	249.291
Rendimento dos Fundos	-0,76%	597.631	8,14%	(165.031)
		660.730		2.499.392

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto na IAS 19, é a seguinte:

	Impacto da alteração de pressupostos financeiros			
	2015		2014	
	- 0,25% Euros	+ 0,25% Euros	- 0,25% Euros	+ 0,25% Euros
Taxa de Desconto	872.735	(803.533)	886.954	(814.731)
Taxa de Crescimento das Pensões	(349.022)	364.978	(327.895)	343.527
Taxa de Crescimento dos Salários	(637.253)	687.068	(700.143)	763.863

	Impacto da alteração de pressupostos demográficos			
	2015		2014	
	- 1 ano Euros	+ 1 ano Euros	- 1 ano Euros	+ 1 ano Euros
Alteração da Tábua de Mortalidade	310.530	(312.332)	311.259	(313.012)

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise de sensibilidade a uma variação positiva (passando de 6,5% para 7,5%) e a uma variação negativa (passando de 6,5% para 5,5%) de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde cujo impacto é analisado como segue:

	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)		Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%)	
	2015		2014	
	Euros	Euros	Euros	Euros
Impacto no custo com pensões	8.036	8.241	(8.036)	(8.241)
Impacto nas responsabilidades	147.344	138.669	(147.344)	(138.669)

As responsabilidades relacionadas com o prémio de antiguidade, por não serem responsabilidades pós-emprego, não estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo. Em 31 de dezembro de 2015, as responsabilidades relacionadas com o prémio de antiguidade ascendem a Euros 673.906 (31 de dezembro de 2014: Euros 703.796) e estão cobertas por provisões em igual montante, conforme nota 26.

O custo dos exercícios de 2015 e 2014 para prémio de antiguidade é o seguinte:

	2015	2014
	Euros	Euros
Custo dos serviços correntes	41.232	42.114
Custo dos juros	16.696	26.947
(Ganhos) e perdas atuariais	(12.219)	(2.028)
Custo do exercício	45.709	67.033

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

34. Partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do Banco as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português, bem como o Fundo de Pensões, os membros do Conselho de Administração e os elementos chave de gestão. São considerados elementos chave de gestão os diretores de 1ª linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão foram igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

O Banco concede empréstimos no decurso normal das suas atividades a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito dos dois acordos coletivos de trabalho que englobam substancialmente todos os colaboradores dos bancos que operam em Portugal, bem como ao abrigo da política social do Grupo, são concedidos empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas nos referidos acordos ou em regulamentação interna para cada tipo de operação, com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores.

Em relação aos membros do Conselho de Administração e seus familiares diretos, não foram concedidos créditos à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Remunerações aos membros do Conselho de Administração e elementos chave de gestão

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não foram pagas pelo Banco remunerações a membros do Conselho de Administração, nem foram suportados custos com pensões, tendo sido suportado pelo Banco encargos no montante de Euros 247.557 (31 de dezembro de 2014: Euros 269.478). No exercício de 2015 e de 2014, não foram atribuídas aos membros do Conselho de Administração quaisquer importâncias a título de remuneração variável.

Tendo presente que a remuneração dos membros do Conselho de Administração tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco diretamente e toda e qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, neste último caso, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções por cada membro do Conselho de Administração será deduzido aos respetivos valores de remuneração fixa anual atribuível pelo Banco.

As remunerações pagas aos elementos chave de gestão, no exercício de 2015, ascenderam a Euros 356.014 (31 de dezembro de 2014: Euros 383.934), tendo sido suportados custos com contribuições para a Segurança Social no montante de Euros 82.043 (31 de dezembro de 2014: Euros 88.605) e Fundo de Pensões no montante de Euros 19.018 (31 de dezembro de 2014: Euros 6.672).

Transações com o Fundo de Pensões

Durante o exercício de 2015, foram efetuadas contribuições em dinheiro para o Fundo de Pensões. Não ocorreram operações de compra e de venda de ativos com o Fundo de Pensões.

À data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, os créditos detidos pelo ActivoBank sobre empresas do Grupo BCP, incluídos nas rubricas Aplicações em instituições de crédito e Outras contas a receber, são analisados como segue:

	2015			2014		
	Ativos Financeiros			Ativos Financeiros		
	Aplicações em ICs Euros	disponíveis para venda Euros	Outros ativos Euros	Aplicações em ICs Euros	disponíveis para venda Euros	Outros ativos Euros
Banco Comercial Português, S.A.	400.016.667	-	9.561.230	8.000.772	-	6.447.405
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	-	258.950	-	-	25.092
Millennium bcp Ageas						
Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	-	-	41.826	-	-	18.581
Millennium bcp Gestão de Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	8.304
SIBS, S.G.P.S., S.A.	-	911.404	-	-	911.404	-
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	374.298	-	-	374.298	-
	<u>400.016.667</u>	<u>1.285.702</u>	<u>9.862.006</u>	<u>8.000.772</u>	<u>1.285.702</u>	<u>6.499.382</u>

À data de 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os débitos detidos pelo ActivoBank sobre empresas do Grupo BCP, estão incluídos na rubrica Depósitos de Clientes e são analisados como segue:

	2015		2014	
	Depósitos de clientes Euros	Outros passivos Euros	Depósitos de clientes Euros	Outros passivos Euros
	Banco Comercial Português, S.A.	-	56	-
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	5.899.042	7.236	10.977.954	153.629
	<u>5.899.042</u>	<u>7.236</u>	<u>10.977.954</u>	<u>153.629</u>

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

À data de 31 de dezembro de 2015, os proveitos do ActivoBank sobre empresas do Grupo BCP e partes relacionadas, são analisados como segue:

	Juros e Proveitos equiparados Euros	Comissões Proveitos Euros	Outros proveitos de exploração Euros	Lucros em operações financeiras Euros	Total Euros
Banco Comercial Português, S.A.	1.349.778	13.667.905	-	42.939.417	57.957.100
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	6.088	110.253	-	-	116.341
Millennium bcp Ageas					
Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	-	97.418	-	-	97.418
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	-	199	-	-	199
	<u>1.355.866</u>	<u>13.875.775</u>	<u>-</u>	<u>42.939.417</u>	<u>58.171.058</u>

À data de 31 de dezembro de 2014, os proveitos do ActivoBank sobre empresas do Grupo BCP e partes relacionadas, são analisados como segue:

	Juros e Proveitos equiparados Euros	Comissões Proveitos Euros	Outros proveitos de exploração Euros	Lucros em operações financeiras Euros	Total Euros
Banco Comercial Português, S.A.	491.623	7.583.285	-	5.837.286	13.912.194
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	-	78.688	-	-	78.688
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	-	32.000	-	32.000
Millennium bcp Ageas					
Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	-	266.759	-	-	266.759
Millennium bcp Gestão de Activos - Soc.					
Gestora de Fundos de Investimento	-	53.700	-	-	53.700
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	-	93	-	-	93
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	1.252	-	-	1.252
	<u>491.623</u>	<u>7.983.777</u>	<u>32.000</u>	<u>5.837.286</u>	<u>14.344.686</u>

À data de 31 de dezembro de 2015, os custos do ActivoBank sobre empresas do Grupo BCP e partes relacionadas, são analisados como segue:

	Juros e custos equiparados Euros	Comissões Custo Euros	Outros custos de exploração Euros	Fornecimentos e serviços de terceiros Euros	Total Euros
Banco Comercial Português, S.A.	74.215	-	-	312.543	386.758
Fundo de Investimento					
Imobiliário Imorenda	-	-	-	46.449	46.449
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	-	1.662	2.075.456	2.077.118
	<u>74.215</u>	<u>-</u>	<u>1.662</u>	<u>2.434.448</u>	<u>2.510.325</u>

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

À data de 31 de dezembro de 2014, os custos do ActivoBank sobre empresas do Grupo BCP e partes relacionadas, são analisados como segue:

	Juros e custos equiparados Euros	Comissões Custo Euros	Outros custos de exploração Euros	Fornecimentos e serviços de terceiros Euros	Total Euros
Banco Comercial Português, S.A.	-	-	-	326 058	326 058
Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda	-	-	-	39 000	39 000
Millennium bcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	-	-	-	7 353	7 353
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	-	150	2 173 255	2 173 405
	-	-	150	2 545 666	2 545 816

No âmbito das atividades de mediação de seguros do Banco, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as remunerações de prestação de serviço são como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
<i>Ramo Vida</i>		
Produtos de poupança	53 183	56 511
Crédito à habitação e consumo	44 236	(2 483)
	97 419	54 028
<i>Ramo Não Vida</i>		
Acidentes e doença	303 714	183 625
Automóvel	20 757	10 233
Multi-Riscos Habitação	25 618	13 880
Outros	11 714	4 993
	361 803	212 731
	459 222	266 759

As remunerações por serviços de mediação de seguros foram recebidas através de transferências bancárias e resultaram da intermediação de seguros com as subsidiárias do Grupo Millenniumbcp Ageas (Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.) e com a Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

Os saldos a receber da atividade de mediação de seguros por natureza e entidade é analisada conforme segue:

	2015 Euros	2014 Euros
<i>Por natureza</i>		
Fundos a receber relativo a pagamento de comissões relativo a seguros do ramo vida	26 016	18 581
Fundos a receber relativo a pagamento de comissões relativo a seguros do ramo não vida	113 104	11 550
	139 120	30 131
<i>Por entidade</i>		
Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	26 016	18 581
Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	113 104	11 550
	139 120	30 131

As comissões recebidas pelo Banco resultam da mediação de contratos de seguro e contratos de investimentos conforme os termos estabelecidos nos contratos em vigor. As comissões de mediação são calculadas atendendo à natureza dos contratos objeto de mediação, como segue:

- contratos de seguro – aplicação de taxas fixas sobre os prémios brutos emitidos;
- contratos de investimentos – aplicação de taxas fixas sobre as responsabilidades assumidas pela Seguradora no âmbito da comercialização desses produtos.

35. Gestão de riscos

Atendendo à estrutura do Banco ActivoBank, S.A. e a sua inserção no Grupo BCP, a gestão de riscos é efetuada, nos termos legalmente admitidos, pelo Banco Comercial Português, S.A.

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão dos riscos das diversas empresas do Grupo é efetuada de forma centralizada em coordenação com os departamentos locais e atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercado, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a atividade do Banco.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

Mercado – O risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflete a incapacidade do Grupo cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão do mesmo, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital às linhas de negócio.

O Conselho de Administração, através da Comissão de Auditoria, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar, por proposta da Comissão Executiva do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

O Comité de Risco é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da atividade.

O *Chief Risk Officer* é responsável pelo controlo dos riscos em todas as entidades do Grupo, pela identificação dos riscos aos quais está exposta a atividade do Grupo e pela proposta de medidas destinadas a melhorar o controlo de riscos. O *Chief Risk Officer* também assegura que os riscos são acompanhados numa base global e que existe alinhamento de conceitos, práticas e objetivos na gestão de risco.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua atuação pelos princípios e orientações estabelecidos centralmente pelo Comité de Risco, estando as principais subsidiárias dotadas de estruturas do *Risk Office*, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respetiva atividade. Em cada subsidiária relevante foi instituída uma Comissão de Controlo de Risco, com a responsabilidade do controlo do risco a nível local, na qual participa o *Risk Officer* do Grupo.

O *Group Head of Compliance* é responsável pela implementação de sistemas de controlo do cumprimento de obrigações legais e dos deveres a que o Banco se encontra sujeito e, bem assim, pela prevenção, monitorização e reporte de riscos nos processos organizacionais, que incluem, entre outros, a prevenção e repressão do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo, a prevenção do conflito de interesses, as matérias conexas com o abuso de mercado e o cumprimento dos deveres de informação junto de clientes.

Modelo de gestão e controlo de risco

Para efeitos de análise de rentabilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade está dividida nas seguintes áreas de gestão:

- **Negociação e Vendas:** contempla as posições detidas com o objetivo de obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são ativamente geridas, transacionáveis sem restrições e podem ser precisas e frequentemente reavaliadas, incluindo os títulos e derivados das atividades de vendas;
- **Financiamento:** Operações de financiamento do grupo em mercado, inclui tanto operações em mercado institucional e monetário (e eventuais coberturas de risco), mas não operações de financiamento estrutural (como por exemplo dívida subordinada);
- **Investimento:** inclui todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade, durante um período alargado de tempo, que não sejam transacionáveis em mercados líquidos, ou quaisquer outros que sejam detidos com outro propósito que não o de ganhos de curto prazo. Inclui também qualquer operação de cobertura de risco associada aos mesmos;
- **Comercial:** Inclui todas as operações (ativas e passivas) realizadas na prossecução da atividade comercial do Banco com os seus clientes;
- **ALM:** representa a função de gestão de Ativos e Passivos, inclui as operações decididas pelo CALCO na gestão do risco global do grupo e centraliza as operações de transferência de risco entre as restantes áreas;
- **Estrutural:** inclui os elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são diretamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas, incluindo as operações de financiamento estrutural do grupo, capital e itens fixos de balanço.

A definição das áreas de gestão permite uma efetiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária, bem como uma correta afetação de cada operação à área de gestão mais adequada de acordo com o respetivo contexto.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

Avaliação de Riscos

Risco de Crédito

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação rigorosa do nível de proteção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Com este intuito é aplicado um sistema único de notação de risco, a *Rating Master Scale*, baseada na probabilidade de incumprimento esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A *Rating Master Scale* permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados na situação de incumprimento.

Todos os modelos de *rating scoring* usados no Banco foram devidamente calibrados para a *Rating Master Scale*.

O conceito de nível de proteção é um elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais ativa e uma melhor adequação do *pricing* ao risco incorrido.

Para a quantificação do risco de crédito ao nível das diferentes carteiras, o Banco desenvolveu um modelo baseado numa abordagem atuarial, que permite obter a distribuição de probabilidade das perdas totais. Além da probabilidade de incumprimento (PD) e do montante da perda dado o incumprimento (LGD), como pontos centrais, é também considerada a incerteza associada ao desenvolvimento destes parâmetros, concretizada pela introdução da respetiva volatilidade. Os efeitos de diversificação/concentração entre os setores das carteiras de crédito são quantificados pela introdução das respetivas correlações.

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa às exposições brutas ao risco de crédito do Banco (posição em risco original), em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Rubricas de risco	Posição em risco original	
	2015	2014
	Euros	Euros
Administrações Centrais ou Bancos Centrais	19.325.459	496.618.753
Outras Instituições de Crédito	1.048.330.454	409.999.734
Clientes de retalho e empresas	49.044.347	41.788.004
Outros elementos	16.045.762	12.307.044
	<u>1.132.746.022</u>	<u>960.713.535</u>

Nota: exposições brutas de imparidade e amortizações, em conformidade com o perímetro de consolidação prudencial.

Riscos de Mercado

O Banco, no controlo do risco de mercado assumido nas diversas áreas de gestão (de acordo com a definição anterior), utiliza uma medida integrada de risco que engloba os principais componentes de risco de mercado identificados pelo Grupo: risco genérico, risco específico, risco não linear e risco de *commodities* (mercadorias).

A medida utilizada na avaliação do risco genérico de mercado é o VaR (*Value at Risk*). O cálculo do VaR é efetuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela *RiskMetrics*, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%. A estimação da volatilidade associada a cada um dos fatores de risco no modelo é efetuada utilizando uma aproximação histórica (*equally weighted*) com um período de observação de um ano.

Utiliza-se igualmente um modelo de avaliação do risco específico existente devido à detenção de títulos (obrigações, ações, certificados, etc.) e de derivados cuja *performance* esteja diretamente ligada ao valor destes. Com as necessárias adaptações, este modelo segue o *standard* regulamentar.

São ainda utilizadas medidas complementares para os restantes tipos de risco, uma medida de risco não linear que incorpora o risco de opções não coberto no modelo VaR, com um intervalo de confiança de 99% e uma medida *standard* para o risco de *commodities*.

Estas medidas são integradas no indicador de risco de mercado com o pressuposto conservador de correlação perfeita entre os diversos tipos de risco.

São apurados valores de capital em risco, quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados, considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adotado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de *backtesting*, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas para a carteira de negociação:

	Euros	
	2015	2014
Risco Genérico (VaR)	71.000	23.998
Risco Global	<u>71.000</u>	<u>23.998</u>


 CB
 ASB

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço do Banco.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efetuada a respetiva projeção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de *repricing* e eventuais pressupostos de pré-pagamentos considerados.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de *repricing*.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço, por moeda, é calculada pela diferença entre o valor atual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocações paralelas da curva de taxa de juro de mercado.

Os valores apresentados nos quadros abaixo evidenciam o impacto esperado no valor económico da carteira bancária devido a deslocações paralelas na curva de rendimentos em +/-100 e +/-200 pontos base em cada uma das moedas em que o Banco tem posições significativas.

Moeda	2015			
	- 200 pb	- 100 pb	+ 100 pb	+ 200 pb
CHF	-	-	1	2
EUR	(1 586)	(1 586)	6 155	12 003
USD	(66)	(40)	38	74
TOTAL	(1 652)	(1 626)	6 194	12 079

Moeda	2014			
	- 200 pb	- 100 pb	+ 100 pb	+ 200 pb
CHF	-	-	1	3
EUR	7 070	7 070	(15 893)	(30 765)
USD	(48)	(29)	28	54
TOTAL	7 022	7 041	(15 864)	(30 708)

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Banco é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos, igualmente, limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Banco para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses) é efetuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente (liquidez imediata e liquidez trimestral), que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projeções de *cash-flows* para períodos de, respetivamente, 3 dias e 3 meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os fluxos de caixa futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respetivo (3 dias ou 3 meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com clientes das redes *Corporate e Private* que pela sua dimensão são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de ativos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o *gap* de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Paralelamente, é efetuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez estrutural do Banco, identificando-se todos os fatores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação do *Capital and Assets and Liabilities Committee* (CALCO), visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da atividade.

Complementarmente, o controlo da exposição ao risco de liquidez é da responsabilidade da Comité de Risco.

Este controlo é reforçado com a execução mensal de *stress tests* de forma a caracterizar o perfil de risco do Banco e a assegurar que o Grupo, e cada uma das suas subsidiárias, cumprem as suas obrigações num cenário de crise de liquidez. Estes testes são também utilizados para suportar o plano de contingência de liquidez e as tomadas de decisões de gestão sobre esta matéria.

Risco Operacional

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte *end-to-end*. A gestão dos processos é da competência dos *Process Owners*, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da *performance* no âmbito dos seus processos. Os *Process Owners* são responsáveis por manter atualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efetiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão direta ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de *risk self assessment*, detetar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as ações de mitigação para as exposições mais significativas.

Dentro do modelo de gestão do risco operacional implementado no Banco destaca-se o processo de recolha de perdas operacionais, caracterizando de forma sistemática as causas e os efeitos associados ao evento de perda detetado. A partir da análise histórica dos eventos ocorridos e das relações de causalidade são identificados os processos de maior risco e lançadas as ações de mitigação para as exposições críticas.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

36. Solvabilidade

O Banco ActivoBank utiliza as metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito e contraparte para uma componente relevante da carteira de retalho. O Banco utiliza o método avançado (modelo interno) para cobertura do risco genérico de mercado e o método *standard* para cobertura do risco operacional.

Os fundos próprios do Banco são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o na Diretiva 2013/36/EU e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (CRD IV/CRR) e o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013.

Os fundos próprios incluem os fundos próprios de nível 1 (*tier 1*) e fundos próprios de nível 2 (*tier 2*). O *tier 1* compreende os fundos próprios principais de nível 1 (*common equity tier 1* – CET1) e os fundos próprios adicionais de nível 1.

O *common equity tier 1* inclui: i) o capital realizado, os prémios de emissão e as reservas e os resultados retidos, ii) e as deduções relacionadas com as ações próprias, os ativos intangíveis e o excesso de perdas esperadas face às provisões constituídas para as exposições cujos requisitos de capital para risco de crédito sejam apurados de acordo com a metodologia IRB, caso ocorra. Adicionalmente, procede-se à dedução dos impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por um lado, e consideram-se as deduções relacionadas com os impostos diferidos ativos de diferenças temporárias que dependam da rentabilidade futura do Banco, por outro, neste caso pelo montante que exceda os limites máximos de 10% e 15% do *common equity tier 1*, quando analisados de forma individual e agregada, respetivamente.

Não existem fundos próprios adicionais de nível 1 no Banco.

O *tier 2* integra o excesso de imparidades face a perdas esperadas apuradas para as exposições cujos requisitos de capital para risco de crédito sejam apurados de acordo com a metodologia IRB, até ao montante total equivalente a 0,6% do RWA dessas exposições, no caso desse excesso se verificar.

A legislação contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional, até 31 de dezembro de 2013, e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a exclusão de elementos anteriormente considerados (*phase-out*) quer a inclusão de novos elementos (*phase-in*). O período de transição faseado prolongar-se-á até ao final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados anteriormente a 1 de janeiro de 2014.

De acordo com a CRD IV/CRR, as instituições devem reportar rácios *common equity tier 1*, *tier 1* e total não inferiores a 7%, 8,5% e 10,5%, respetivamente, incluindo um *conservation buffer* de 2,5%, mas beneficiando de um período transitório que decorrerá até ao final de 2018.

Os valores dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios apurados de acordo com as metodologias da CRD IV / CRR anteriormente referidas são os seguintes:

	2015 Euros	2014 Euros
<i>Fundos Próprios principais nível 1</i>		
Capital	17.500.000	17.500.000
Reservas e resultados retidos	24.294.286	19.099.668
Ajustamentos regulamentares a fundos próprios principais nível 1	251.334	(12.213.472)
<i>Fundos Próprios de nível 1</i>	42.045.620	24.386.196
<i>Fundos Próprios de nível 2</i>		
Outros	34.007	-
<i>Fundos Próprios Totais</i>	42.079.627	24.386.196
<i>RWA</i>		
Risco de crédito	331.477.550	205.041.955
Risco de mercado	11.834.051	784.938
Risco operacional	20.551.209	15.502.635
Total	363.862.810	221.329.528
Rátios de Capital		
<i>Common Equity Tier 1</i>	11,6%	11,0%
<i>Tier 1</i>	11,6%	11,0%
	11,6%	11,0%

37. Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Banco aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de junho.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação apenas teve impacto nas demonstrações financeiras intercalares do Banco.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2015).

• IFRS 1 – Conceito de "IFRS efetivas"

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

• IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

• IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

• IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

O Banco não registou quaisquer impactos relevantes na aplicação destas melhorias nas suas demonstrações financeiras.

O Banco decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia.

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

O Banco não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

• IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de "condição de aquisição (vesting)" contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de "condição de desempenho" e "condição de serviço" da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

• *IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais*

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

• *IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.*

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

• *IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo*

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial.

De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

• *IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada*

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização, e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

• *IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão*

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

O Banco não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.

• *IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição*

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

• *IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados*

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

• *IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas*

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

• *IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional*

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

• *IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar”*

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

O Banco não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de dezembro de 2015.

Esta norma não tem aplicação às demonstrações financeiras do Banco.

Banco ActivoBank, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Banco

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados, ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

O Banco iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades do Banco, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do Banco.

IFRS 15 Rêdito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em maio de 2014, a norma IFRS 15 Rêdito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rêdito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêdito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rêdito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rêdito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rêdito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O Banco encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável ao Banco.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O Banco ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas ("Bearer Plants") (emitida em 30 de junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação (emitida em 18 de dezembro);
- Alterações à IAS 1: Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro).

O Banco não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Alteração às políticas contabilísticas a introduzir em 1 de janeiro de 2016

Impacto da IAS 39 - Instrumentos financeiros

O Banco de Portugal em 30 de dezembro de 2015 emitiu o Aviso n.º 5/2015 que estabelece que as entidades sujeitas à sua supervisão devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, revogando assim o Aviso n.º 1/2005, que estabelecia que as demonstrações financeiras individuais do Banco deviam ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's).

O novo Aviso entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2016. Os impactos decorrente desta alteração nas demonstrações financeira de abertura do exercício de 2016, resultam fundamentalmente da revogação do Aviso n.º 3/95 referente ao registo da imparidade sobre a carteira de crédito e são os seguintes:

	<u>Euros</u>
<i>Ativo</i>	
Créditos a clientes	217 614
Ativos por impostos diferidos	<u>(129 589)</u>
<i>Total Ativo</i>	<u>88 025</u>
<i>Passivo</i>	
Provisões	<u>(290 578)</u>
<i>Capitais Próprios</i>	
Reservas e resultados acumulados	<u>378 603</u>
<i>Total do Passivo e Capitais Próprios</i>	<u>88 025</u>

38. Contingências

Fundo de Resolução

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013 que estabelece o funcionamento do Fundo de Resolução ('FR'), o Banco tem vindo desde 2013 a proceder às contribuições obrigatórias, conforme disposto no referido diploma. Assim, e desde a sua constituição, o Banco procedeu à contribuição inicial para o FR, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei e às contribuições periódicas de 2013 e 2014, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei.

No dia 3 de novembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu uma Carta-Circular nos termos da qual se esclarece que a contribuição periódica para o Fundo de Resolução deve ser reconhecida como custo no momento da ocorrência do acontecimento que cria a obrigação de pagamento da contribuição, isto é no último dia do mês de abril de cada ano, conforme estipula o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, encontrando-se assim o Banco a reconhecer como gasto a contribuição no ano em que a mesma se torna devida.

O Fundo de Resolução emitiu em 15 de novembro de 2015 um comunicado afirmando: "esclarece-se ainda que não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES. A eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se, desta forma, remota."

Subsequentemente, após a emissão do referido comunicado do FR, no âmbito do processo de resolução do Banco Espírito Santo, S.A., o Banco de Portugal deliberou, conforme comunicado de 29 de dezembro de 2015, a transferência para a esfera da responsabilidade do FR de "...eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução (do Banco Espírito Santo, S.A.), de que resultem responsabilidades ou contingências". De acordo com a informação pública disponível, o volume de litigância associado a este processo é elevado, não estando devidamente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas nestas litigâncias ou em eventuais perdas decorrentes da alienação do Novo Banco.

Adicionalmente, o Banco de Portugal determinou, em 19 e 20 de dezembro de 2015, uma medida de resolução sobre o BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. ('BANIF'), não estando igualmente esclarecido qual o montante que o FR possa vir a incorrer em perdas com este processo.

Nessa conformidade, à data de 31 de dezembro de 2015, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor das eventuais perdas resultantes do processo de alienação do Novo Banco, das referidas litigâncias associadas ao processo de resolução do Banco Espírito Santo ou das eventuais perdas a incorrer pelo FR na sequência da resolução do BANIF e da forma como as mesmas poderão vir a afectar o Banco, quanto ao montante e tempestividade de futuras contribuições ou mesmo no reembolso de créditos concedidos ao FR.

**RELATORIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCICIO DE 2015**

Exmos. Senhores Accionistas do
Banco ActivoBank, S.A.

Em conformidade com o estipulado na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco ActivoBank, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração do Banco ActivoBank, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Através dos contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos Serviços competentes, informamo-nos acerca da actividade do Banco e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, efetuando as análises convenientes.

Averiguamos a observância da Lei e dos Estatutos do Banco, procedemos a verificação da regularidade dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pelo Banco conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases, emitida pela KPMG & Associados, SROC, S.A., e com cujo teor concordamos.

Do Conselho de Administração e seus representantes obtivemos as informações e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- as demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados do Banco;
- as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados; e
- o relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação do Banco, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual do Banco aprove:

- a) o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
- b) a proposta de aplicação de resultados, ascendendo a € 33.262.972, formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão.

Finalmente, salientamos e agradecemos a colaboração recebida do Conselho de Administração do Banco e dos Serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar, no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 10 de Março de 2016

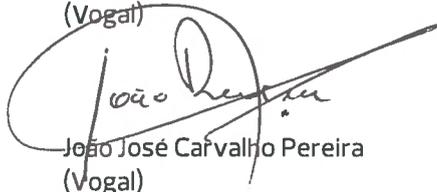
O Conselho Fiscal



Joaquim Patrício da Silva
(Presidente)



Leopoldo de Assunção Alves
(Vogal)



João José Carvalho Pereira
(Vogal)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Banco ActivoBank, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 730.666.992 euros e um total de capital próprio de 56.794.286 euros, incluindo um resultado líquido de 33.262.972 euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações dos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's") conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações dos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
 - 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco ActivoBank, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações dos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2016



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

-----Ata N.º 53-----

----- Aos 31 dias do mês de ~~set~~^{maio} de 2016, ouvidos os Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do Banco ActivoBank, S.A., com sede social na Rua Augusta, em Lisboa, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de identificação fiscal 500.734.305 e o capital social de 17.500.000 euros, a senhora Dra. Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral, em representação do acionista único BCP Investment, B.V., encontrando-se para o efeito devidamente mandatada, deliberou por escrito e nos termos do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais (CSC):-----

----- 1.º Aprovar o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2015; -----

----- 2.º Aprovar a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados, que era do seguinte teor: -----

----- “Tendo em consideração os resultados apurados no exercício de 2015, por um lado, e o nível dos rácios de capital, por outro, propõe-se que o resultado líquido do exercício, no montante de 33.262.972,38 euros, tenha a seguinte aplicação: -----

----- Reserva legal: 3.326.298,00 euros -----

----- Distribuição de dividendos: 15.000.000,00 euros -----

----- Resultados Transitados: 14.936.674,38 euros.”; -----

----- 3.º Aprovar um voto de confiança e de louvor à atividade desenvolvida pelos órgãos da administração e de fiscalização da sociedade e por cada um dos seus membros;-----

Handwritten initials

-----Mais decidiu transcrever de imediato a presente deliberação no livro de atas da Assembleia Geral da sociedade, dando assim satisfação ao disposto no já citado artigo 54.º

do Código das Sociedades Comerciais.-----

João de Castro

----- A folhas vinte e dois, verso, linhas dois, rasurei a palavra "abril".-----

João de Castro